

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS – DCJ
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

ISABELA RODRIGUES DOS SANTOS

**A CRIMINOLOGIA MIDIÁTICA NO TRIBUNAL DO JÚRI E A PRESERVAÇÃO DOS
PRINCÍPIOS DA PRESUNÇÃO DA INOCÊNCIA E DA IMPARCIALIDADE**

SANTA RITA

2018

ISABELA RODRIGUES DOS SANTOS

**A CRIMINOLOGIA MIDIÁTICA NO TRIBUNAL DO JÚRI E A PRESERVAÇÃO DOS
PRINCÍPIOS DA PRESUNÇÃO DA INOCÊNCIA E DA IMPARCIALIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em Direito de Santa Rita do
Departamento de Ciências Jurídicas da
Universidade Federal da Paraíba, como
exigência parcial da obtenção do título de
Bacharel em Ciências Jurídicas.

Orientadora: Prof.^a Me. Danielle da Rocha Cruz

SANTA RITA

2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S237c Santos, Isabela Rodrigues Dos.

A Criminologia Midiática no Tribunal do Júri e a
Preservação dos Princípios da Presunção da Inocência e
da Imparcialidade / Isabela Rodrigues Dos Santos. -
João Pessoa, 2018.
63 f.

Monografia (Graduação) - UFPB/DCJ/SANTA RITA.

1. Tribunal do Júri. 2. Princípio da Presunção de
Inocência. 3. Princípio da Imparcialidade. 4.
Criminologia Midiática. I. Título

UFPB/CCJ

ISABELA RODRIGUES DOS SANTOS


**A CRIMINOLOGIA MIDIÁTICA NO TRIBUNAL DO JÚRI E A PRESERVAÇÃO DOS
PRINCÍPIOS DA PRESUNÇÃO DA INOCÊNCIA E DA IMPARCIALIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em Direito de Santa Rita do
Departamento de Ciências Jurídicas da Universi-
dade Federal da Paraíba, como exigência parcial
da obtenção do título de Bacharel em Ciências
Jurídicas.

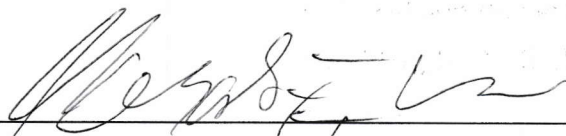
Orientadora: Prof.^a Me. Danielle da Rocha Cruz

Banca Examinadora:

Data de Aprovação: 08/11/2018



Prof.^a Me. Danielle da Rocha Cruz (Orientadora)



Prof. Me. Marcelo Fernandez Cardillo de Morais Urani (Examinador)



Prof. Pós-Dr. Leonam Baesso da Silva Liziero (Examinador)

À minha mãe, que motiva cada ação e decisão
minha. Obrigada por todo apoio e incentivo ao
meu crescimento profissional e pessoal.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado saúde e força para enfrentar todas as dificuldades.

A esta Universidade, seu corpo docente, direção e administração, que fizeram parte dessa etapa decisiva da minha vida.

À minha orientadora, Danielle da Rocha Cruz, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

À minha avó e minhas tias, que desde a minha infância me ensinaram que a educação é um dos bens mais precisos que posso conquistar.

À minha mãe, minha maior incentivadora, por todo apoio e incentivo nas horas difíceis de desânimo e de cansaço.

À meu melhor amigo e companheiro de vida, Ícaro Ibernnon, cujo apoio foi fundamental em todas as etapas da minha graduação.

Aos amigos que me foram apresentados pela vida, Leticia Maia, Jéssica Santos, Mauricio Roberto, Hallita Avelar, Luiz Gonzaga e Rebecca Ellen.

RESUMO

O presente estudo versa a respeito da influência exercida pela mídia sobre os vereditos do Tribunal do Júri, sobretudo em relação ao Conselho de Sentença, composto pelos jurados. A presença de questões polêmicas é uma constante no procedimento do Júri. Frequentemente alvo de críticas diversas, o Júri manteve-se imutável no que tange à sua natureza de julgar os crimes dolosos contra a vida. Esses delitos, por sua vez, em decorrência do seu caráter violento, comumente geram ampla repercussão na sociedade. A mídia, por seu turno, quando atua de forma desenfreada nesse âmbito, costuma causar interferências indesejadas, que dificultam a atividade do Júri. Isso porque os jurados precisam chegar a suas decisões de maneira imparcial, informados consoante as provas produzidas pelas partes durante o julgamento e orientados pelo seu livre convencimento. Para alcançar tal objetivo, foi discutido o Tribunal do Júri, a sua competência e composição, bem como os princípios processuais e específicos que o instruem. Nesse contexto, conferiu-se maior atenção aos princípios da imparcialidade e da presunção de inocência, analisando como esses postulados são afetados pelas atividades jornalísticas. Aderiu-se, para tanto, ao método de pesquisa documental, também denominado de bibliográfico.

Palavras-chave: Tribunal do Júri. Mídia. Princípio da Presunção de Inocência. Princípio da Imparcialidade. Criminologia Midiática.

ABSTRACT

The present study deals with the media influence on the verdicts of the Jury's Court, especially in relation to the Sentencing Council, composed by jurors. The presence of controversial issues is constant in the Jury procedure, being the object of several criticisms. However, it has remained unchanged as regards its nature of judging intentional crimes against life. Due to their violent character, these crimes, usually cause a pronounced repercussion in society. In this way, the media, when it acts uncontrollably in this scope causes unwanted interferences that hinder the activity of the Jury. In view of the fact that the decisions taken by jurors must be taken in an impartial manner, the verdicts being informed only by the evidence produced by the parties in the trial and by their free conviction. In order to achieve this objective, the Court of Justice, its jurisdiction, its composition and the procedural and specific principles that instructed it were discussed, giving greater attention to the principles of impartiality and presumption of innocence and how they are affected by the activities journalism. Adhering, in this context, to the method of documentary research, also called bibliographical research.

Keywords: Court of the Jury; Media; Principle of Presumption of Innocence; Principle of Impartiality. Media Criminology.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 8 |
| 2 O TRIBUNAL DO JÚRI | 10 |
| 2.1 DA ORGANIZAÇÃO DO JÚRI E DOS JURADOS | 12 |
| 2.2 DA GARANTIA FUNDAMENTAL | 15 |
| 2.3 DOS PRINCÍPIOS | 16 |
| 2.3.1 Da plenitude de defesa | 17 |
| 2.3.2 Do sigilo das votações | 18 |
| 2.3.3 Da soberania dos veredictos | 19 |
| 2.3.4 Da competência mínima do Tribunal do Júri | 21 |
| 2.4 DOS PRINCÍPIOS PROCESSUAIS PENAIS | 22 |
| 2.4.1 Do Princípio da Presunção de Inocência | 22 |
| 2.4.2 Do Princípio da Imparcialidade | 24 |
| 3 CRIMINOLOGIA | 27 |
| 3.1 ESCOLAS CRIMINOLÓGICAS | 29 |
| 3.1.1 Escola clássica | 29 |
| 3.1.2 Escola positiva | 31 |
| 3.2 DA CRIMINOLOGIA MUDIÁTICA | 32 |
| 3.3 TEORIA DO <i>LABELLING APPROACH</i> | 37 |
| 4 DA MÍDIA E A SOCIEDADE BRASILEIRA MODERNA | 42 |
| 4.1 DA MÍDIA NO SISTEMA JURÍDICO PENAL BRASILEIRO | 44 |
| 4.2 DA INFLUÊNCIA MUDIÁTICA NO TRIBUNAL DO JÚRI | 46 |
| 4.3 DA INTERFERÊNCIA DA CRIMINOLOGIA MUDIÁTICA NOS PRINCÍPIOS DA IMPARCIALIDADE E DA PRESUNÇÃO DA INOCÊNCIA | 52 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 58 |
| REFERÊNCIAS | 60 |

1 INTRODUÇÃO

A presença da mídia na vida cotidiana é inegável, chegando à população através dos mais diversos meios de comunicação, não se limitando aos meios de informações que durante décadas eram as únicas fontes de notícia. Com a expansão tecnológica as comunicações ganharam novas formas, cuja característica mais latente é a velocidade com a qual chega aos espectadores. Contudo, ainda que proporcione uma maior disseminação, tal característica também dá forma a algumas problemáticas significativas na nossa sociedade. Um desses problemas é que a mídia ganhou um espaço tão grande de maneira que ela passou a informar e influenciar a sociedade de maneiras antes inimagináveis.

Ao mesmo passo em que democratiza esse âmbito da sociedade, ela vem influenciando a sociedade indiscriminadamente. Muitas vezes a veracidade das publicações não ditam as prioridades dos meios midiáticos. Importante ferramenta formadora de opinião, se torna perigosa diante da mídia sensacionalista, pois os danos que pode causar à privacidade, à imagem, à honra do indivíduo são latentes.

Tida por muitos como um quarto poder, sua força em relação a um acusado no âmbito penal é inequivocamente grave. A imprensa exerce um poder de influência amplo, atingindo até mesmo os membros do Tribunal do Júri. É nesta direção que este trabalho se propõe a analisar, observando a extensão da influência midiática na sociedade como um todo e no âmbito jurídico, dando atenção especial ao sistema do Tribunal do Júri.

As notícias veiculadas devem ser atentamente pensadas e racionalizadas, devendo obedecer a padrões éticos e morais, observando o respeito à esfera do direito alheio. Isso porque, uma vez que for exposta ao público, mesmo que se trate de uma inveracidade, dificilmente será possível apagar sua influência. Sendo assim, é possível imaginar a magnitude dos danos que uma decisão judicial informada por uma notícia equivocada poderá causar. Além das pressões que a mídia pode exercer sobre a tomada de decisões em razão do clamor e da opinião pública.

A este estudo foi atribuído como objetivo central a análise de tais influências sobre as pessoas que irão compor o Corpo de Jurados do Tribunal do Júri, e como isto afetará a incolumidade dos princípios da imparcialidade e da presunção da inocência. Investigando se

existe essa influência, e caso seja positivo, se ela prejudica o julgamento ao interferir na construção do veredicto pelos jurados.

Desta forma, o presente trabalho se propõe não só a analisar as possíveis influências nas pessoas que efetivamente compõem o Conselho de Jurados, como também busca investigar o poder que a mídia exerce sobre a sociedade como um todo, no que se refere à veiculação de notícias que tratem de crimes abarcados pela competência do Júri.

Assim, para alcançar tal objetivo foram utilizadas as pesquisas bibliográfica e documental. O presente estudo iniciará analisando a estrutura do instituto do Tribunal do Júri. Neste primeiro capítulo serão tratados alguns dos principais componentes deste órgão, assim como as garantias fundamentais e os princípios informadores do mesmo. No seu capítulo segundo, será discutida a criminologia, passando pelas escolas criminológicas que lhe deram origem até a criminologia midiática e suas particularidades. E, por fim, será analisado se a criminologia midiática causa impactos na sociedade brasileira atual no que se refere ao sistema jurídico-penal, ou seja, tanto o direito penal quanto o direito processual penal. Passando a análise específica da influência da mídia no tribunal do júri, principalmente em relação aos princípios da imparcialidade e da presunção da inocência.

2 O TRIBUNAL DO JÚRI

Com o Decreto Imperial de 18 de junho de 1822 o Príncipe Regente Dom Pedro de Alcântara instituiu o Tribunal do Júri no Brasil. Com a função de julgar os crimes de imprensa, o critério atribuído pela legislação imperial para a eleição dos jurados eram que estes fossem homens bons, honrados, inteligentes e patriotas (BONFIM, 1994, p. 125 apud SEEGER; SILVA, 2016, p.5).

Com a Constituição de 1824, o pleno também era formado por juízes e jurados, todavia, caberia aos Códigos estabelecer os procedimentos a serem seguidos no julgamento. Apesar de não ter sido extinto, o júri não foi objeto de nenhuma previsão legal pela Constituição de 1937. O Decreto-lei nº 167/38 reafirmou a permanência do instituto jurídico, contudo, além de estabelecer o número de jurados em sete, retirou a soberania do Júri. Sendo restituída apenas com a Constituição de 1946, além de soberano o Tribunal do Júri passou a ser considerado enquanto uma garantia constitucional dos acusados. A Constituição de 1967, por sua vez, delimitou a competência do Tribunal do Júri para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

O Tribunal do Júri com as feições que conhecemos hoje foi instituído pela Constituição Federal de 1988, previsto como direito e garantia individual no artigo 5º, inciso XXXVIII do diploma constitucional. O instituto é submetido aos princípios que regem todo o processo penal, bem como por seus próprios princípios trazidos pelas alíneas do dispositivo legal. Assim, é determinado que no âmbito do instituto sejam garantidos: a plenitude de defesa (a), o sigilo das votações (b), a soberania dos vereditos (c) e a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida (d), com o fim de que seja garantido o devido processo legal e, conseqüentemente, a decretação de uma decisão justa (BONFIM, 1994, p. 125 apud SEEGER; SILVA, 2016, p.6).

Órgão especial do Poder Judiciário de primeira instância, compete ao Júri o processamento e o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, abarcando os crimes de homicídio doloso (art. 121, §§ 1º e 2º do Código Penal - CP), o induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio (art. 122, § único), o infanticídio (art. 123 do CP) e o aborto (arts. 124, 125, 126 e 126 do CP), como determina o Código de Processo Penal (CPP) em seu artigo 74, §1º.

Essa competência é taxativa e mínima, se consagrando em uma cláusula pétrea (art. 60, § 4º, IV da CF), desta forma ela não pode ser restringida. Ou seja, ao Tribunal do Júri caberá apenas o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, elencados pelo artigo supracitado, não sendo competente para o julgamento de outros crimes que tenham o resultado morte, a exemplo dos crimes de latrocínio, extorsão mediante sequestro e estupro (LOPEZ JUNIOR, 2014, p. 232). Todavia, existiram ocasiões nas quais a competência do Tribunal do Júri poderá ser ampliada, como quando ocorre conexão e continência.

O Código de Processo Penal, no parágrafo único de seu artigo 81, prevê que nas hipóteses de exclusão de competência do júri, por desclassificação, impronúncia ou absolvição sumária, o processo correspondente a infração conexa deverá ser remetida ao juízo competente. Logo, quando houver infrações conexas a um crime doloso contra a vida, o júri atrairá para si a “competência” para o seu julgamento. No entanto, a partir do momento em que há a exclusão da competência para o júri, este perderá também a competência para julgar a infração conexa (LIMA, 2017, p. 1362).

O tribunal do júri possui um procedimento bifásico. A primeira fase, chamada de juízo de acusação, sumário da culpa ou ainda *judicium accusationis*, tem início com o oferecimento da denúncia ou da queixa, e chega ao seu fim com a decisão, que poderá ser de pronúncia, impronúncia, desclassificação ou absolvição sumária. Nesta etapa inicial, é analisada a admissibilidade da acusação, verificado para tal a existência de indícios mínimos de autoria e materialidade do fato. A segunda fase é conhecida como juízo da causa ou *judicium causae*, que, por sua vez, se inicia com a intimação das partes para a produção de provas, terminado com o trânsito em julgado da sentença do tribunal do júri. Sendo nesta etapa realizada tanto a preparação quanto o julgamento em si (LOPEZ, 2014, p. 340).

Em relação à sua composição, o tribunal do júri é formado pelo seu presidente, o juiz togado e pelos juízes leigos, escolhidos mediante sorteio dentre os cidadãos da localidade. Dentre o universo de vinte e cinco jurados, sete irão compor o chamado Conselho de Sentença na sessão do julgamento. No entanto, cabe salientar que a função de jurado é obrigatória, constituindo crime de desobediência a sua recusa injustificada. Por essas razões, o Júri é classificado por Fernando Capez (2016, p. 731) como um órgão colegiado, heterogêneo e temporário, já que são dissolvidos após as sessões periódicas.

Sendo uma particularidade deste procedimento especial a realização do julgamento por um colegiado de populares e não pelo juiz togado, como ocorre normalmente no ordenamento jurídico. Ao incumbir essa responsabilidade de julgar aos cidadãos, o legislador teve como finalidade democratizar a justiça, dando à população um instrumento de participação neste âmbito. Delegando, assim, àqueles mais atingidos pelas práticas de tais agressões a decisão acerca da condenação ou absolvição do acusado.

Cabe salientar que se trata de uma garantia fundamental e individual do acusado a aplicação da competência mínima, segundo os ensinamentos de Reis e Gonçalves (2014, p. 428). Para esses autores, o Júri Popular é uma forma de ampliar as garantias do indiciado. Nesse sentido, os referidos doutrinadores afirmam que essa concessão da participação social no Tribunal do júri parte da premissa de que um juiz togado estaria predisposto a julgar de forma mais rígida, ao passo que um júri popular pode ser mais sensível, ao levar em consideração os argumentos e as circunstâncias extrajudiciais. Ou seja, um júri composto por populares traria maior benefício para o réu, pois estes não se limitariam aos aspectos meramente legais, sendo influenciados pelo todo do caso concreto.

É a partir da linha de raciocínio, que considera os habitantes da região onde ocorreu o fato criminoso mais sensíveis ao caso em julgamento. Sendo, excepcionalmente, alterada a competência territorial por meio de uma das Câmaras ou Turmas Criminais do Tribunal da Justiça ou do Tribunal Regional Federal, apenas na segunda fase, ou seja, não há desaforamento na fase de instrução. São três as hipóteses previstas pelo art. 427, do CPP, nas quais ocorre o deslocamento: em caso de interesse da ordem pública, dúvida sobre a imparcialidade do juiz ou segurança pessoal do acusado.

2.1 DA ORGANIZAÇÃO DO JÚRI E DOS JURADOS

O Tribunal do Júri é formado por um juiz togado, que será um juiz de direito ou um juiz federal, que presidirá a sessão, e por vinte e cinco jurados, dos quais sete formarão o Conselho de Sentença. Mas para a seleção dos cidadãos há um complexo procedimento de sorteios (art.

425 do CPP), bem como uma série de requisitos para exercer a função de jurado (art. 436 do CPP).

Possuem capacidade para serem jurados aqueles de nacionalidade brasileira, ou seja, não há diferenciação entre os brasileiros natos ou naturalizados, que tenham atingido a maior idade (dezoito anos). Lima (2014, p. 432) justifica a necessidade dos 18 (dezoito) anos completos em função da maturidade e principalmente da possibilidade de ser criminalmente responsabilizado. Entretanto, o estrangeiro e aqueles que tiverem seus direitos políticos suspensos ou perdidos não poderão exercer a jurisdição em virtude do requisito da cidadania, que impõe ao jurado que goze da capacidade eleitoral ativa.

É exigido pelo legislador a notória idoneidade moral do jurado, não podendo participar da atividade “*as pessoas com reprovável conduta social, aquelas que ostentam antecedentes criminais, assim como os ébrios e os usuários de entorpecentes*” (LIMA, 2017, p. 433). Além disso, apesar de não serem explicitamente expressos em lei, também é indispensável que os cidadãos sejam alfabetizados e estejam em plenas condições de saúde física e mental.

O processo de eleição tem início com a lista geral dos jurados, feita anualmente pelo juiz, sendo o número de pessoas que irão compor essa lista variável de acordo com o número de habitantes da comarca como versa o artigo 426. Naquelas em que habitarem mais de 1.000.000 (um milhão) de pessoas, serão alistados de 800 (oitocentos) a 1.500 (mil e quinhentos); nas com mais de 100.000 (cem mil), de 300 (trezentos) a 700 (setecentos); e nas de pequena população, de 80 (oitenta) a 400 (quatrocentos).

Todos os anos, até o dia 10 de outubro, será dada publicidade à lista geral por meio da imprensa, pela publicação de editais e a fixação na porta do Tribunal do Júri. Se tornará definitiva apenas no dia 10 de novembro, fim do prazo para sua alteração de ofício ou a requerimento de qualquer pessoa. A lista será então posta na chamada urna geral, de onde serão sorteados os vinte e cinco jurados para compor a reunião periódica do júri. O sorteio será realizado em uma audiência pública, com a presença do Ministério Público, da Ordem dos Advogados e da Defensoria Pública, que deverão ser intimados. No que diz respeito aos jurados, serão convocados por meio dos correios ou outro meio hábil. Por fim, a listagem com os jurados convocados, os acusados e seus procuradores, a data, hora e local das sessões de instrução e julgamento, será posta na porta do Tribunal do Júri.

Como já mencionado, a função de jurado é obrigatória, consoante disposto no art. 436 do Código de Processo Penal. Logo, a recusa injustificada, assim como deixar de comparecer a sessão do júri ou se retirar desta antes de dispensado, acarretará em multa de um a dez salários-mínimos, sendo o valor definido a critério do juiz com base nas condições financeiras do jurado (arts. 436, §2º e 442, ambos do CPP). Porém, tal conduta é passível apenas desta medida administrativa, não podendo ser enquadrado no crime de desobediência.

No entanto, existem situações na qual o jurado poderá ser dispensado da função. As causas de isenção são elencadas pelo art. 437 do Código de Processo Penal, que em seus incisos I ao IX estabelecem as isenções relacionadas às funções públicas e às atividades que em decorrência da sua natureza são incompatíveis com a obrigação (LOPES JUNIOR, 2014, p. 665). No inciso X, o legislador concedeu a oportunidade de ser concedida a isenção para aqueles que a requererem e demonstrarem justo impedimento, como, por exemplo, na escusa de consciência, onde em razão de convicção religiosa, filosófica ou política poderá ser cumprida uma obrigação alternativa na forma do art. 5º, inciso V, da Constituição Federal. Será imposta sanção de perda ou suspensão dos direitos políticos apenas na recusa de cumprir a obrigação a todos imposta e a alternativa (art. 5º, VIII c/c art. 15 da CF).

Caberá ao juiz definir tanto a forma quanto o tempo de duração da prestação do serviço alternativo com base nos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Já que o art. 438, §1º, do Código de Processo Penal apenas delimita que a obrigação alternativa deverá ser de caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou produtivo, seja no Poder Judiciário, na Defensoria pública, no Ministério Público ou em entidade conveniada (LOPES JUNIOR, 2014, p. 665).

Ao jurado também são concedidos direitos especiais em virtude da primazia da sua função, a saber: terão eles a presunção de idoneidade moral, tal como o direito de preferência como critério de desempate nas licitações públicas e nos concursos públicos, nas remoções voluntárias e nas promoções funcionais (arts. 439 e 440, ambos do CPP).

No mais, cabe salientar que o jurado exerce um serviço público, e como tal poderá ser responsabilizado penalmente como um juiz togado, é o que versa o art. 445 do CPP. Submetidos às regras de impedimentos do art. 448 do CPP, não poderão servir no mesmo Conselho: marido e mulher (i), ascendente e descendente (ii), sogro e genro/nora (iii), irmãos e cunhados (iv), tio e sobrinho (v), padrasto, madrasta ao enteado (vi) e pessoas que mantenham união estável (vii),

como também o jurado que tiver servido no julgamento anterior do mesmo processo, independente da causa determinante do julgamento posterior (i), que, no caso de concurso de pessoas, houver integrado o Conselho de Sentença que julgou outro acusado (ii) e tiver manifestado prévia disposição para condenar ou absorver o acusado (iii).

No que diz respeito a esta última causa impeditiva, é importante observar a sua relação com o princípio da imparcialidade, tal dispositivo traz a demonstração da parcialidade do jurado em relação ao acusado enquanto motivação para que este não possa servir no Conselho de Sentença, tamanha é a importância deste princípio.

Além das regras do art. 448 do CPP, também, são aplicáveis aos jurados as causas de suspeição, impedimento e incompatibilidades previstas aos juízes togados, como postula o §2º do art. 448 do CPP. Desta forma, lhes são aplicadas as regras dos arts. 252 e 254 do CPP. O primeiro dispositivo legal traz em seu bojo as hipóteses de impedimento, postulando que os jurados não poderão exercer a atividade nos processos em que atuar cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau(i), ou que ele próprio tenha atuado em qualquer função ou tenha sido testemunha (ii), tiver atuado no processo em outra instância ou tenha se pronunciado de fato ou de direito sobre a questão (iii), ou que ele, cônjuge ou parente tenham interesse no feito (iv).

Por sua vez, o segundo dispositivo traz as hipóteses de suspeição, onde estará proibido de atuar no feito o jurado que for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes, se for cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, se ele, seu cônjuge ou parente consanguíneo ou afim até o terceiro grau forem parte de processo que será julgado por quaisquer das partes, se tiver aconselhado qualquer das partes, se for devedor, tutor ou curador de qualquer das partes, e se, por fim, for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.

2.2 DA GARANTIA FUNDAMENTAL

Em conformidade com os ensinamentos de Guilherme de Souza Nucci (2015, p.53), é possível observar que as garantias fundamentais do homem se diferem dos direitos

fundamentais do homem. Contudo, ambos os conceitos podem ser classificados em materiais e formais. Ele define os direitos humanos fundamentais materiais enquanto aqueles “essenciais à existência humana” em um Estado Democrático de Direito, possibilitando a ampla liberdade, resguardado os direitos de terceiros. Se referem aos direitos previstos pelo ordenamento jurídico brasileiro no caput do art. 5º, da Constituição Federal. Já os direitos humanos fundamentais formais também são previstos constitucionalmente, no entanto, cuidam de questões subjetivas do homem. Não se tratam de direitos indispensáveis à existência do homem ou da garantia a direito básico, mas a previsão legal lhe concede esse *status*.

As garantias humanas fundamentais materiais são aquelas postas pelo estado enquanto forma de concretizar o respeito a um direito humano fundamental. Desta forma, diante da ausência dessas regularizações estatais, tais direitos podem se encontrar violados. Ao passo que as garantias formais são aquelas cuja ausência de texto constitucional não importa lesão a um direito humano fundamental material. Por conseguinte, concluímos que, enquanto os direitos representam um determinado bem a ser protegido, as garantias se prestam à tutela de tais bens, podendo ser chamados de acessórios perante o principal, que são os direitos (MIRANDA, 1988, p. 89, apud NUCCI, 2015, p. 53).

Frente a essa conjunção, Nucci (2015, p. 53) informa que o Tribunal do Júri diz respeito a uma garantia fundamental, ou seja, é possível que tal órgão seja substituído e, ainda assim, possa o Estado manter intacto o seu caráter democrático. Tendo a condição de garantia fundamental sido atribuída ao Tribunal do Júri por meio da legislação, o que ocorreu com a Constituição Republicana de 1891.

2.3 DOS PRINCÍPIOS

Além dos princípios que regulam o processo penal em geral, a Constituição Federal também prevê princípios particulares ao Tribunal do Júri em seu artigo 5º, inciso XXXVIII, alíneas a, b,c e d. Assim, a Carta Magna garante ao réu a plenitude de defesa, o sigilo das votações, a soberania dos vereditos e a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

2.3.1 Da plenitude de defesa

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso LV, assegura o contraditório e a ampla defesa. E em seu inciso XXXVIII, alínea a, é garantida a plenitude de defesa, tanto a técnica, quanto a possibilidade de autodefesa.

A plenitude de defesa é habitualmente confundida com a ampla defesa, entretanto, se tratam de preceitos distintos. Realizando um comparativo, a plenitude de defesa oferece um amparo ainda maior que aquele oferecido pela ampla defesa. Isso porque diante das características particulares do Júri possibilita que o acusado influencie a decisão dos juízes leigos a partir de argumentos que não poderiam ser levados em consideração pelo juiz togado, que precisa justificar e fundamentar seu veredicto juridicamente. Ou seja, pela possibilidade do réu poder impactar a opinião dos jurados por meio de argumentos extrajudiciais, pois no júri popular os jurados não são obrigados a justificar a sua decisão com base na lei, já que se tratam de pessoas leigas.

Desse modo, é possível que o acusado utilize tanto argumentos judiciais quanto argumentos extrajudiciais, como ensinam Reis e Gonçalves (2014, p. 429). Ou seja, a plenitude de defesa não se confunde com a ampla defesa, que é garantida como regra, aos acusados de modo geral. Enquanto a ampla defesa é a possibilidade irrestrita de defesa e no procedimento do júri é mais comum a sua aplicação na primeira fase, a plenitude de defesa permite que o acusado, em igualdade de condições, se oponha de todas as acusações, sendo comumente aplicada na segunda fase do tribunal do júri. Particular do órgão aqui tratado a defesa plena é, como esclarece Nucci (2015, p. 37), a garantia do direito completo, a defesa, aqui será absoluta. Tendo em vista que a decisão do júri é alcançada por meio de um complexo procedimento cominado com o julgamento, no qual o convencimento é o ponto focal da defesa e da acusação. É necessária a existência de uma defesa mais efetiva na segunda fase do procedimento do Tribunal do Júri, pois ele comina em um ato oral concentrado.

O livre convencimento dos jurados não é realizado pelos procedimentos que antecedem à sua participação, eles não são convencidos pelas provas meramente presentes no processo, tendo em vista que não possuem acesso aos autos, recebendo apenas uma cópia da denúncia. Eles são convencidos pelas provas apresentadas no julgamento, que apesar de presentes nos

autos, é inegável que as atuações no julgamento são o que realmente decidem o veredicto. Sendo assim, a defesa plena só se consagra com a devida atuação do advogado no julgamento perante os jurados, como postula Nucci (2015, p. 37). Deve, então, ser garantido ao defensor a faculdade de fazer uso de todos os argumentos lícitos. Outro fator que também integra o plenitude de defesa é a garantia de um júri popular heterogêneo, formado por diferentes pessoas dos mais diversos setores da sociedade, afastando que a possibilidade da justiça da decisão ser impedida em favor de valores de determinado segmento da sociedade (SOUZA, 2007, p. 7).

2.3.2 Do sigilo das votações

Com a finalidade de resguardar a incolumidade dos votos e impedir que os jurados sejam constrangidos de qualquer forma, garantindo assim o seu livre julgamento, o legislador conferiu o princípio do sigilo das votações na alínea b, do artigo 5º, inciso XXXVIII da Constituição Federal. A decisão tomada pelos jurados no pleno tem como base a íntima convicção, assim, o seu julgamento é “fundamentado” pela sua consciência. Desta forma, é vedado que demonstre qualquer indicativo da sua posição com relação ao caso até do fim do julgamento.

O princípio do sigilo das votações é intimamente atrelado aos princípios da imparcialidade e da presunção da inocência. Pois, mesmo com a desnecessidade de fundamentação jurídica da sua decisão, baseado seu julgamento na sua própria consciência, esta será formada a partir dos fatos, circunstância e provas devidamente apresentadas em plenário. Assim, para que seja garantida a imparcialidade do júri, bem como resguardada a presunção de inocência do acusado, não poderá o jurado ter conclusões prévias à sessão de julgamento (LOPES, 2014, p. 756).

É em razão desta previsão legal que restará restringida a comunicação dos jurados com a determinação de incomunicabilidade entre eles. A partir da prestação do compromisso, ficará vedado ao jurado se comunicar com qualquer pessoa pelo tempo que durar o julgamento. No entanto, cabe salientar que os jurados poderão se comunicar entre si desde que não seja discutido o mérito da causa, sob qualquer forma que possa influenciar na decisão do outro.

Ao jurado também é permitida a formulação de perguntas que não tenham o condão de influir na concepção dos demais jurados, com o fim de esclarecer dúvidas que surgirem no curso do julgamento. Trata-se de um direito seu, concedido pela lei, de que sejam sanados seus questionamentos para o esclarecimento do fato, possibilitando a justiça da decisão.

Muito se discutiu acerca da publicidade do voto dos jurados, todavia, já foi pacificado pelo Supremo Tribunal Federal que tal garantia não é oposta ao requisito de publicidade dos julgamentos previstos pela Constituição Federal, em seu art. 93, IX. Isso porque o sigilo das votações objetiva resguardar o jurado de toda e qualquer influência, pressão ou ameaça, possibilitando que emita sua decisão de forma imparcial e com fundamento na sua íntima convicção (SOUZA, 2007, p. 8).

O princípio se consuma com o recolhimento dos jurados à sala especial para a votação e com a inviolabilidade do teor dos votos. Desta forma, “o juiz-presidente, os jurados, o Ministério Público, o assistente, o defensor do acusado, o escrivão e o oficial de justiça dirigir-se-ão à sala especial a fim de ser procedida a votação” (art. 485, caput do CPP). Conforme ressalta Nucci, ao citar Hermínio Alberto Marques Porto (PORTO, 1999, p. 315, apud NUCCI, 2015, p. 42), a previsão legal tem a finalidade de garantir a livre convicção dos jurados, assim como assegurar que os jurados não sejam submetidos a qualquer forma de coação.

Assim dito, se conclui que o veredicto livre dos jurados é de interesse público primordial, pois a violação de tal princípio pode violar direitos fundamentais do acusado. E havendo a violação desse preceito legal restará configurada causa de invalidade do julgamento e dissolução do Conselho de Sentença (SOUZA, 2007, p. 8).

2.3.3 Da soberania dos veredictos

A soberania dos veredictos, característica elementar do Tribunal do Júri, consiste na primazia da decisão popular. Sendo assim, é impossibilitado ao juiz togado alterar a decisão tomada pelos jurados, bem como é vedado ao Tribunal, na seara recursal, reformar a decisão. Todavia, esse princípio é relativizado pela possibilidade de apelação, ou seja, a inalterabilidade das decisões do Tribunal do Júri não implica a vedação da recorribilidade das decisões nem da revisão criminal.

Não há conflito entre ambos direitos em virtude das previsões legais, que visam proteger a soberania da decisão do Conselho de Sentença. O Tribunal só poderá modificar a decisão se a impugnação não for ajuizada em relação ao mérito da decisão dos jurados, situação na qual poderá apenas determinar a feitura de outro julgamento. Logo, quando o julgamento for contrário às provas dos autos, será possível a sua reforma. Ou seja, a despeito da sua importância, a soberania dos vereditos não é absoluta (SOUZA, 2007, p 9).

Como estabelece o artigo 593, inciso III, alínea *d* do CPP, poderá ser oposto o recurso de apelação para as decisões do Tribunal do Júri quando: “(a) ocorrer nulidade posterior à pronúncia, (b) for a sentença do juiz-presidente contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados, (c) houver erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou da medida de segurança, (d) for a decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos”.

Assim, é possível depreender do dispositivo legal em questão que duas das hipóteses de cabimento de apelação no tribunal do júri envolvem o princípio da soberania dos vereditos. A primeira diz respeito à previsão da alínea b, onde será passível de apelação a decisão do juiz-presidente que for contrária ao veredito dos jurados. Ou seja, ao juiz togado é vedado sentenciar em contrariedade à decisão emitida pelo júri, pois a sua função é conduzir a instrução processual e a sessão do julgamento, zelando pelo respeito às garantias das partes. A função de julgar cabe exclusivamente aos jurados em função do próprio objetivo do procedimento especial de democratizar o judiciário, permitindo que os acusados sejam julgados por populares.

A outra hipótese é prevista pela alínea d, segundo a qual caberá apelação da decisão do Júri quando a decisão dos jurados for manifestamente contrária à prova dos autos. Ressaltando que, apesar de cabível a apelação e restarem todas as provas produzidas, não poderá o Tribunal de segunda instância reformar de plano a sentença. O acusado deverá ser submetido a novo julgamento, cuja sentença estará limitada pelos termos da antiga. Ou seja, se o réu houver sido absolvido, não poderá ser condenado pelo recurso.

Também será cabível a revisão criminal, podendo, desde logo, decretar a absolvição do acusado sem necessidade de sujeitá-lo a novo julgamento quando a decisão for baseada em provas falsas, como postula o artigo 621 do CPP.

2.3.4 Da competência mínima do Tribunal do Júri

Por fim, o legislador traz a competência mínima para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, que como dito anteriormente, diz respeito aos crimes previstos do artigo 121 ao 127 do Código de Processo Penal quando presentes o dolo direto ou o dolo eventual, seja o delito tentado ou consumado, compreendendo os crimes de homicídio, induzimento, instigação, ou auxílio a suicídio, infanticídio e aborto. A garantia constitucional dessa competência tem o condão de tutelar a vida humana, por isso é defeso a sua supressão por lei ordinária. Nos crimes onde o resultado morte constitui uma qualificadora, não sendo o objetivo da norma resguardar a vida, não serão de competência do Júri. São os chamados crimes preterdolosos, onde há dolo no antecedente e culpa no consequente, o que significa que a morte não era pretendida, por isso a competência será do Juízo Singular.

Como dito anteriormente, o Código de Processo Penal, em seu artigo 74, estabelece taxativamente a competência mínima do Tribunal do Júri. Neste mesmo dispositivo legal o legislador esclarece que, apesar da competência definida em razão da matéria poder ser regulada por lei ordinária, quando referente ao Júri popular o mesmo não poderá ser afirmado. Pois na forma dos artigos 74, §4º do CPP e 5º, inciso XXXVII da Constituição Federal, o julgamento dos crimes dolosos contra a vida é privativo do Tribunal do Júri.

Todavia, cabe destacar que ao passo que é vedada a restrição da competência, esta poderá ser ampliada ainda que por determinação de lei ordinária, tendo em vista que não há nenhum dispositivo legal que seja um empecilho a tal medida. O artigo 78, inciso I do CPP dispõe que a competência poderá ser ampliada na hipótese de crimes conexos, quando em concurso com crime de competência do Juízo Singular ou de qualquer outro rito, o Tribunal do Júri atrairá para si a competência.

O mesmo ocorrerá quando o acusado possuir prerrogativa de função, seja ela concedida apenas pela Constituição Estadual. Dessa forma, mesmo diante de previsão legal que cria exceções a competência do Tribunal Popular, este prevalecerá, como foi pacificado pela Súmula 721 do STF. No entanto, quando se tratar de prerrogativa de função estabelecida pela Constituição Federal, não será competente o Júri, como é o caso dos arts. 29, VIII, 96, III, 102, I, b e c, 105, I, a e 108, I a. Também preponderará a prerrogativa de função dos Membros do

Ministério Público. De acordo com o artigo 40, inciso IV da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, a competência originária será do Tribunal de Justiça do Estado.

2.4 DOS PRINCÍPIOS PROCESSUAIS PENAIS

Aplicáveis a todo o sistema processual penal, os princípios gerais, também regulam o Tribunal do Júri. São previstos pela Constituição Federal de 1988, bem como por tratados internacionais, como o Pacto de São José da Costa Rica, que, apesar das discussões que circundam o seu status como norma jurídica, o Supremo Tribunal Federal é pacífico ao afirmar a suprallegalidade da mesma (RE 466.343).

São alguns dos princípios fundamentais que informam esse ramo do direito o devido processo legal, da inocência, do juiz natural, da publicidade, da verdade real, do livre convencimento, da oficialidade, da disponibilidade, da oportunidade, da indisponibilidade, da legalidade e da imparcialidade. Entretanto, em decorrência do objetivo deste estudo analisaremos com maior profundidade os princípios da presunção da inocência e da imparcialidade.

2.4.1 Do Princípio da Presunção de Inocência

Apenas com a entrada em vigor da Constituição de 1988 que o princípio da presunção da inocência foi explicitado em seu art. 5º, inciso LVII, o qual afirma: *“Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”*. Sendo, também, previstos em diversos outros instrumentos normativos do ordenamento jurídico brasileiro, como, por exemplo, a Declaração Universal de Direitos Humanos (art. 11.1), a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (art. 9º), bem como na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (art. 8º, §2º), Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (art.

14.2) e Convenção Europeia para proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais (art. 6.2).

Pode-se definir tal princípio como o direito, inerente do acusado, de não ser declarado culpado enquanto não houver sentença condenatória transitada em julgado, resultante do devido processo legal, onde foram respeitados e garantidos a sua ampla defesa e o seu contraditório (LIMA, 2014, p. 49). Desta forma, a priori, todos os indivíduos são inocentes, sendo permitida o afastamento dessa condição inicial apenas por meio de uma sentença penal condenatória.

Lima (2014, p. 50) ensina que do supracitado princípio nascem duas regras fundamentais, as quais nomeia de regra probatória, ou regra de juízo, e a regra de tratamento. A primeira também é conhecida como *in dubio pro reo*, princípio este que informa amplamente o processo penal. Ela versa que o ônus da prova cabe a acusação, assim sendo, durante o processo não cabe ao acusado demonstrar a sua inocência. Ou seja, a acusação que deve demonstrar a prática do ato delituoso e de sua autoria.

O *in dubio pro reo* se interliga intimamente a presunção de inocência, em virtude de dever ser aplicada na valoração das provas sempre que houver uma dúvida relevante que interfira na decisão processual. Quando, ao final do processo, ainda persistir uma incerteza ou insegurança em relação a um fato fundamental para o veredito, será obrigatória a sua aplicação. Devendo ser, então, a decisão tomada ser favorável ao acusado. Visto que, diante de uma dúvida razoável, absolver um culpado é menos gravoso do que condenar um inocente (LIMA, 2014, p. 51).

No ordenamento jurídico-penal brasileiro não é permitida a existência de sentença condenatória que não seja devidamente fundamentada em provas inequívocas. Caso haja alguma irregularidade nesse sentido serão aplicáveis os instrumentos para corrigi-las, como, por exemplo, os recursos. Todavia, cabe salientar, que após o trânsito em julgado será aplicado o *in dubio contra reum*, tendo em vista que na revisão criminal o ônus da prova é daquele que a postula. Assim, o Tribunal deverá, diante de uma incerteza, decidir não a favor do réu, mas sim contra este, já que a sua culpa restou comprovada (LIMA, 2015, 51).

Por sua vez, a regra de tratamento visa resguardar o direito à liberdade. A regra é a liberdade, constituindo a sua privação uma exceção. Desse modo, como todo indivíduo é inocente até que seja condenado, e que tal sentença condenatória tenha transitado em julgado, é vedado que o acusado, durante o processo, seja tratado como condenado. Tal disposição não

conflita com as hipóteses de prisão cautelar, tendo em vistas que estas são previstas expressamente e constituem uma exceção diante de uma situação na qual o devido processo legal possa ser posto em risco. Dessa forma, ensina Brasileiro, que o princípio da presunção da inocência não constituiu um obstáculo à imposição de medidas cautelares antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória. Pois, a própria carta magna permite a decretação de medidas cautelares no inciso LXI do seu art. 5º. Ou seja, é possível a coexistência dos dispositivos legais constitucionais desde que a medida cautelar seja utilizada com parcimônia. Enquanto for mantida a excepcionalidade das cautelares, respeitando as limitações postas pelas normas legais, sendo decretada apenas quando o caso concreto demonstrar a necessidade. Assim, a sua existência não conflitará com o princípio da presunção da inocência (LIMA, 2015, p. 52).

O art. 283 do Código de Processo Penal, alterado pela Lei nº 12.403/11, reafirma que “ninguém pode ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso da investigação ou do processo, em virtude de prisão temporária ou prisão preventiva”. No entanto, cabe ressaltar que os Tribunais vêm decidindo a favor do início da execução antes do trânsito em julgado, em situações excepcionais, quando houver o uso dos recursos com o objetivo puramente protelatório, por considerar abuso aos direitos do duplo grau de jurisdição e do direito de defesa.

2.4.2 Do Princípio da Imparcialidade

O ordenamento jurídico brasileiro não admite a existência de um juiz parcial. Como o Estado detém o poder de aplicar a sanção penal para que haja isonomia entre as partes o julgador deve, necessariamente, ser imparcial. A imparcialidade não é apenas uma característica própria da atividade jurisdicional, na realidade é o motivo da sua existência (REIS; GONÇALVES, 2014, p. 87). Lopes Junior (2014, p. 44) leciona que a imparcialidade é um “princípio supremo do processo”, sendo indispensável para que seja garantida a justiça da decisão judicial. Sendo assegurada pelo sistema acusatório, no qual persiste a absoluta

separação das funções de julgar e acusar. Cabendo ao juiz ou tribunal, tão somente, julgar com base nas provas produzidas pelas partes.

Atribuir poderes investigatório do juiz põe a imparcialidade em risco. Ou seja, no sistema inquisitório, onde cabe ao juiz a iniciativa probatória e a condução do processo são prejudicados o contraditório, a igualdade de tratamento e a imparcialidade. Isso porque o próprio juiz acumulará as funções de investigar, acusar e julgar. Assim sendo, para a garantia da imparcialidade é necessário que haja a separação das funções de acusar e julgar, bem como a separação do juiz das atividades investigatórias (LOPES JUNIOR, 2014, p. 44).

A partir do momento em que é atribuído ao juiz um papel investigatório, em que ele produz as provas, participando efetivamente da investigação, ou papel acusatório, onde são conjugados em um só órgão as funções contraditórias de julgar e acusar, restará comprometida a sua imparcialidade. A imparcialidade e o sistema acusatório estão profundamente conectados, pois sistema acusatório assegura a imparcialidade, sendo ambos garantidos pela inércia da jurisdição. É por este motivo que a atribuição de poderes instrutórios ao juiz viola a imparcialidade. Desta forma, o ativismo judicial infringe tanto o sistema acusatório quanto o princípio da imparcialidade (LOPES JUNIOR, 2014, p. 318).

Logo, o juiz deverá manter-se afastado da produção probatória para que seu julgamento seja livre. Todavia, cabe ressaltar que a imparcialidade não se confunde com a neutralidade. Esclarece Lopes Junior (2014, p. 318), que não é possível um juiz neutro, pois o juiz existe no mundo e como tal é impossível que não tenha sido submetido a influências externas. Ao passo que a imparcialidade se trata de um “afastamento estrutural em relação à atividade das partes”.

Apesar de se tratar de um princípio constitucional implícito, para assegurar que o juiz seja independente e livre de coações, o art. 95 da Constituição Federal prevê expressamente formas de garantir a imparcialidade. Então, o diploma constitucional concede aos juízes as prerrogativas de vitaliciedade (I), inamovibilidade (II) e irredutibilidade de subsídio (III). Prevendo, também, mecanismos que impedem a atuação do magistrado quando houver quebra da imparcialidade. Assim sendo, o legislador estabeleceu hipóteses em que o juiz será suspeito ou impedido, sendo vedada a sua atuação no processo.

Com efeito, as hipóteses de suspeição e impedimento estão previstas nos arts. 252 a 256 do Código de Processo Penal, *in verbis*:

Art. 252. O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que: I – tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito; II – ele próprio houver desempenhado qualquer dessas funções ou servido como testemunha; III – tiver funcionado como juiz de outra instância, 8 pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão; IV – ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.

Art. 253. Nos juízos coletivos, não poderão servir no mesmo processo os juízes que forem entre si parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive.

Art. 254. O juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes: I – se for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer deles; II – se ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia; III – se ele, seu cônjuge, ou parente, consanguíneo, ou afim, até o terceiro grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes; IV – se tiver aconselhado qualquer das partes; V – se for credor ou devedor, tutor ou curador, de qualquer das partes; VI – se for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.

Art. 255. O impedimento ou suspeição decorrente de parentesco por afinidade cessará pela dissolução do casamento que lhe tiver dado causa, salvo sobrevivendo descendentes; mas, ainda que dissolvido o casamento sem descendentes, não funcionará como juiz o sogro, o padrasto, o cunhado, o genro ou enteado de quem for parte no processo.

Art. 256. A suspeição não poderá ser declarada nem reconhecida, quando a parte injuriar o juiz ou de propósito der motivo para criá-la.

O juiz poderá reconhecer sua suspeição de ofício, ou poderá ser proposta a exceção de suspeição pelas partes, Ministério Público ou assistente de acusação contra juiz, promotor, o próprio Ministério Público, peritos, interpretes ou serventuário da justiça. A regra é que a exceção seja oposta por meio de petição escrita e assinada, pela parte ou por advogado com poderes especiais, ou ainda verbalmente.

Todavia, no Júri, quando arguida a suspeição de jurado ela deverá, obrigatoriamente, ser realizada oralmente no momento do sorteio e decidida de plano pelo juiz-presidente (Art. 106 CPP). Isso, porque, como demanda o procedimento de escolha dos jurados, as partes saberão quem serão os jurados com antecedência, inclusive em razão do juiz natural. Como os jurados estarão investidos de poderes próprios do juiz, também lhe serão impostos os mesmos deveres, dentre eles a imparcialidade.

3 CRIMINOLOGIA

A criminologia se trata de uma “ciência empírica, baseada na observação e na experiência, e interdisciplinar que tem por objeto de análise o crime, a personalidade do autor do comportamento delitivo, da vítima e o controle social das condutas criminosas” (PENTEADO FILHO, 2016, p. 20). Consoante o mesmo autor, é uma ciência empírica porque pode ser constatada na realidade, é uma ciência do ser. Sendo interdisciplinar porque envolve diversas disciplinas, como a medicina legal, a sociologia, direito e a psicologia. Assim, constitui o objetivo da criminologia o estudo da criminalidade, contudo, não se resume a discutir a teoricamente o que é o crime, mas também trata das consequências do delito na realidade (VIANA, p. 2018, p. 24).

Desse modo, nas palavras de Viana (2018, p. 24), o objetivo central da criminologia consiste na tentativa de explicar os fenômenos criminais como forma de possibilitar o aperfeiçoamento, bem como a criação de novas medidas penais para a redução do crime. Ou seja, a criminologia compartilha seu objeto de estudo, o crime, com o direito penal. Todavia, ambos tratam esse objeto de maneiras diferentes, até mesmo conceituando o próprio crime de forma diferente, como explica Penteado Filho (2016, p. 24):

Embora tanto o direito penal quanto a criminologia se ocupem de estudar o crime, ambos dedicam enfoques diferentes para o fenômeno criminal. O direito penal é ciência normativa, visualizando o crime como conduta anormal para a qual fixa uma punição. O direito penal conceitua crime como conduta (ação ou omissão) típica, antijurídica e culpável (corrente causalista). Por seu turno, a criminologia vê o crime como um problema social, um verdadeiro fenômeno comunitário, abrangendo quatro elementos constitutivos, a saber: **incidência massiva na população** (não se pode tipificar como crime um fato isolado); **incidência aflitiva do fato praticado** (o crime deve causar dor à vítima e à comunidade); **persistência espaço-temporal do fato delituoso** (é preciso que o delito ocorra reiteradamente por um período significativo de tempo no mesmo território) e **consenso inequívoco acerca de sua etiologia e técnicas de intervenção eficazes** (a criminalização de condutas depende de uma análise minuciosa desses elementos e sua repercussão na sociedade).

Ou seja, enquanto o direito penal define o crime a partir de uma perspectiva mais objetiva, a criminologia olha o crime enquanto uma questão subjetiva. Para a criminologia o crime é definido a partir da atuação social, assim, é possível observar que a criminologia está

intrinsecamente conectada às questões que perpassam a sociedade na qual se desenvolve. A ciência criminológica passou por diversas fases, denominadas escolas, que tratam as questões delitivas por uma perspectiva diferente. Dessa forma, é impossível desconectar cada uma dessas escolas criminológicas do período em que foram desenvolvidas. Isto porque se trata de uma ciência empírica que analisa o “ser”, oposto ao direito que analisa o dever ser. Então, constitui-se enquanto uma ciência flexível perante a influência ativa que a sociedade tem sobre ela.

Entretanto, em sua origem como ciência, no século XIX, a criminologia tem como sua principal característica o positivismo, pois inicialmente uma marca desta ciência era a sua preocupação com o método a ser aplicado (DUARTE, 1988, p. 126). Assim, Pavarini (1988, p. 48 apud DUARTE, 1988, p. 126-127) coloca enquanto aspectos naturais ao positivismo:

- a) Uma interpretação mecanicista da sociedade comum a outros saberes em que se destacava a busca das leis que a regeriam.
- b) Aceitação, portanto, do pressuposto de que o comportamento criminoso era determinado, fato necessário para demarcar a atividade de criminólogo.
- c) A interpretação causal do comportamento permite que o paradigma epistemológico da criminologia fosse do tipo etiológico, isto é, uma ciência que explica a criminalidade examinando as causas e os fatores. Parte-se a *priori* de uma hipótese não demonstrada de que a diversidade criminal tem um fundamento ontológico natural. Assim, o crime e o homem criminoso seriam realidades naturais que independeriam dos processos de definição.
- d) Crença na possibilidade de uma resolução racional, científica da questão criminal, instrumentalizando seu saber para a defesa social (conformismo e até eliminação física do delinquente). A natureza retributiva da pena é substituída por um juízo de periculosidade do autor mediante um juízo prognóstico sobre a predisposição para cometer novos delitos.
- e) Reivindicação da neutralidade de seu saber.
- f) Diante da contradição intrínseca de seu objeto de estudo (condutas definidas em abstrato e em concreto como criminosas, e portanto, variáveis no tempo e espaço), os criminólogos buscavam um fundamento não legal para a definição de seu objeto de estudo. As respostas variam em torno da idéia de consenso social, considerado uma realidade natural, porque, para os criminólogos, se variavam os valores, o fato de haver um consenso sobre estes era invariável. Haveria, portanto, uma distinção fundamental entre maioria conformista e minoria não conformista (criminal).
- g) A busca da qualidade que determina essa distinção, consequência de sua apreensão a-histórica e apolítica da criminalidade, conduz necessariamente à patologização do criminoso como forma de explicar a existência daquela minoria inconformista.
- h) A redução do conflito a mera questão de patologia faz com que a reação social perca seu caráter problemático. Assim, o aparelho repressivo é continuamente legitimado também como algo natural.

Dessa forma, é possível verificar como alguns dos elementos inerentes ao positivismo também integram a criminologia na sua gênese. Sendo a criminalidade racionalizada enquanto uma verdadeira doença, uma patologia de alguns membros da sociedade. Assim, foram sendo desenvolvidas ideias como a predisposição do indivíduo voltar a delinquir com base em um diagnóstico científico.

3.1 ESCOLAS CRIMINOLÓGICAS

As escolas criminológicas, também conhecidas como escolas penais, se tratam de um grupo de doutrinadores que, em um determinado tempo “histórico político”, se voltaram para o estudo dos elementos do sistema penal, como o crime, o delinquente e a pena. Então, como dito anteriormente a criminologia é um reflexo da situação política, econômica e social. Logo, com o estudo das escolas penais é possível observar como a conjuntura social influenciou e como participou ativamente na construção do pensamento criminológico vigente. Afetando tanto na elaboração dos conceitos, quanto nos métodos e elementos utilizados para a aplicação da criminologia (CUNHA, 2015, p. 46).

3.1.1 Escola clássica

Foi a partir do pensamento iluminista que nasce a escola clássica como a publicação “Do delito e da pena” de Cesare Beccaria em 1764, meados do século XVIII. Em sua publicação, o Marquês de Beccaria fez incisivas críticas a forma de punir comum dos regimes absolutistas. Dando inciou, assim, a um modo de pensar um sistema punitivo mais humanitário (CUNHA, 2015, p. 56).

Dessa forma, influenciado pela filosofia política do movimento iluminista, Beccaria afirma que a utilidade comum é o alicerce para a justiça. Logo, para o pensador é necessário que haja uma unificação dos interesses particulares, para que, visando um bem maior, a sociedade abra mão de parte de sua liberdade individual para o Estado. Tal concessão se configura na

permissão dada ao Estado para este exercite seu poder por meio da criação e aplicação leis (BARATA, 2002, p. 33).

Nesse sentido, Barata (2002, p. 34) explica que

do princípio utilitarista da máxima felicidade do maior número e da ideia do contrato social segue-se que o critério da medida da pena é o mínimo sacrifício necessário da liberdade individual que ela implica enquanto a exclusão da pena de morte é derivada por Beccaria da função mesma do contrato social, com a qual aquela contrastaria logicamente, já que é impensável que os indivíduos espontaneamente coloquem no depósito público não só uma parte da própria liberdade, mas sua própria existência.

Também são importantes expoentes da escola clássica Francesco Carrara, Giovanni Carmignani, Pelegrino Rossi, Enrico Pessina e Emilio Brusa. No entanto, a denominação da escola clássica, assim como a denominação da própria criminologia se deu de forma anacrônica. Assim, apesar de compartilharem pontos de semelhança, também existem divergências de pensamento dentro da própria escola, tanto da clássica quanto da escola positivista.

Contudo, ainda é possível identificar características gerais dessa escola penal. Como por exemplo, uma de suas particularidades é a utilização do método dedutivo-lógico ou lógico-abstrato. O crime é, então, compreendido enquanto um ente jurídico. Na concepção de Carrara, o crime é uma infração, ou seja, é a contraposição entre o fato e a norma, não se tratando de uma ação (VIANA, 2018, p. 80). Consequentemente, o criminoso tem o livre-arbítrio para cometer ou não o crime, isto é, a prática criminosa é uma escolha do indivíduo que, não tem sua natureza pré-determinada.

Assim, nas palavras de Cunha (2015, p. 48), o delinquente é “um ser livre que pratica o delito por escolha moral, alheia a fatores externos”. Dessa forma, a responsabilidade é fundada na vontade humana, que pelo princípio do indeterminismo é formada pelo livre-arbítrio e pela moral, tendo a pena o condão retributivo (VIANA, 2018, p. 81). Então, ao passo que pune a más escolhas, também serve como uma forma de prevenir o cometimento de novos crimes.

3.1.2 Escola positiva

A escola positiva surge no início do século XIX com o pensamento de Cesare Lombroso. Visto como o principal expoente dessa escola, bem como o marco do surgimento da criminologia. Para alguns doutrinadores a escola positiva pode ser dividida em três fases. A primeira é conhecida como a fase antropológica, cujo principal nome foi Lombroso. A segunda é chamada de fase sociológica, que tem Enrico Ferri como principal expoente. E, por fim, a fase jurídica, cujo principal pensador foi Garófalo (PENTEADO FILHO, 2016, p. 49).

Então, assim como na escola clássica, a escola positivista possui entre seus representantes pontos em comum. Uma importante característica geral dessa escola é a noção que o delito se trata de um fenômeno natural e social, ou seja, o crime resulta da conjugação de fatores biológico, físicos e sociais. Consequentemente, os criminosos não são dotados do livre-arbítrio, já que a sua condição foi pré-determinada por fatores biológicos e psíquicos. Logo, a pena é uma forma de prevenção, pela qual é defendida a integridade da sociedade. Um outro ponto de convergência dessa escola penal é a utilização do método indutivo-experimental.

Lombroso inaugurou o positivismo criminal em 1876 com a sua publicação “O homem delinquente”. Principal nome da fase conhecida como Antropobiológica ou antropológica, Lombroso analisou as características fisionômicas da sociedade, comparando-as com os dados estatísticos de criminalidade. Assim, utilizou essa comparação para delinear um perfil físico dos criminosos. Consequentemente, características físicas como comprimento das mãos e pernas, cabelos, estrutura óssea, principalmente relativo ao crânio, o desenvolvimento do cérebro, eram usadas para identificar o criminoso, criando a Teoria do Criminoso Nato (PENTEADO FILHO, 2016, p. 50).

O conceito do criminoso nato nasce dessa conjugação entre a psiquiatria e antropologia. Para Lombroso, a criminalidade tem como origem diversos fatores, para ele o ambiente social, o clima, o uso de substâncias químicas, as tatuagens, dentre outros elementos contribuem para a delinquência. Desse modo, a partir do método empírico-indutivo, também conhecido como indutivo-experimental, conceituou o crime enquanto um fenômeno biológico. Consequentemente, o criminoso já nasceria assim, e com a contribuição dos fatores externos esse determinismo biológico para o crime se aflora (PENTEADO FILHO, 2016, p. 50).

Então, atribuiu determinadas características físicas pelas quais seria possível identificar o criminoso. Logo, aqueles que tivessem a fronte fungida, crânio assimétrico, cara larga e chata, grandes maçãs no rosto, lábios finos, canhotismo, barba rala, dentre outras, seria um criminoso. Lombroso os classificou em natos, loucos, por paixão e de ocasião. Lombroso também associava a epilepsia à criminalidade, para ele a doença atingia o centro nervoso causando a degeneração (PENTEADO FILHO, 2016, p. 51).

Em razão das críticas feitas ao pensamento de Lombroso, seu discípulo Enrico Ferri, em sua defesa deu origem a fase da sociologia criminal. Para Ferri, a criminalidade teria origem de fatores antropológicos, físicos e culturais. Classificando os criminosos nas mesmas categorias que seu mestre. Ele defendia que a responsabilidade social e a defesa social deveriam ser a finalidade da punição. Ferri afirmava a existência de quatro formas de repressão, devendo ser implementados meios preventivos, reparatórios, repressivos e excludentes (PENTEADO FILHO, 2016, p. 51).

Já Rafael Garófalo criou o conceito de periculosidade, segundo o expoente da fase jurídica o crime é interno do ser humano. Assim, a sua periculosidade seria responsável por dar impulso à criminalidade. Desta forma, seria necessário que fosse criada uma medida de segurança, uma outra forma de intervenção penal que inibisse a criminalidade. Por sua vez, Garófalo classificava os criminosos em natos, em fortuitos e em por defeito moral especial. Afirmando que aos criminosos natos deveriam ser aplicada a pena de morte, já que na concepção a pena é uma forma de eliminação do criminoso (PENTEADO FILHO, 2016, p. 51).

3.2 DA CRIMINOLOGIA MÍDIÁTICA

Os meios de comunicação já fazem parte do cotidiano da sociedade contemporânea, os telefones celulares, os computadores, a *internet* são instrumentos do dia a dia de grande parte dos brasileiros. Entretanto, a televisão continua sendo um dos meios de comunicação mais democrático. De acordo com a pesquisa realizada pelo Ibope, a requerimento da Secretaria de Comunicação do governo, 89% dos brasileiros fazem uso da televisão para se informar sobre os acontecimentos no país. Sendo que 63% da população brasileira utilizam a televisão como a

principal fonte de informação. Por sua vez, a internet é utilizada para o mesmo fim por 49% da população, mas é o principal meio de obtenção de informação de 26%. Entretanto o rádio e o jornal são a principal fonte de informações apenas de 7% e 3% ¹.

Desta forma, é inegável a amplitude do alcance da mídia televisiva, mesmo diante da crescente utilização das novas mídias que surgiram com a *internet*. Atualmente, são comuns o uso da *internet* em telefones celulares, computadores, *tablets* e *notebook* para fins informativos. Até mesmo o uso de meios de comunicação, que originalmente não teriam esse viés de noticiar acontecimentos, como as redes sociais veem crescendo exponencialmente. Mas a televisão segue mantendo o seu posto de dominação neste setor. Todavia, o jornalismo televisivo vem passando por transformações, temas como crime e segurança são um tópico constante de debate nestes programas. Contudo, esses temas são constantemente associados a métodos de apreensão de audiência. Diversos programas jornalísticos fazem uso de estratégias que visam a prender a atenção do telespectador.

Diante da sua facilidade de acesso é inquestionável o poder que a mídia televisiva exerce sobre a população brasileira. Entretanto, o que passa despercebido para muitos é como a forma de exercício desse poder é intimamente conectado a interesses econômicos, políticos e ideológicos. Assim, para uma parcela considerável da população as notícias ali veiculadas são tidas enquanto uma verdade absoluta (COSTA, 2016, p. 47). Consequentemente, não é incomum de que tais “fatos incontestáveis” provoquem reações na sociedade em que estão inseridos. Deste modo, a atividade jurisdicional é notoriamente influenciada, tendo em vista que seria este âmbito o responsável pela repressão dos atos de violência.

A criminologia midiática não se trata de uma novidade da sociedade contemporânea, ela sempre existiu. No entanto, os meios de comunicação pelos quais é disseminada e os sujeitos por ela condenados variaram no decorrer do tempo. Assim, pode-se conceituar a criminologia midiática enquanto a visão que as pessoas comuns têm acerca da questão criminal, construída pelos meios de comunicação associados a uma etimologia criminal e uma causalidade mágica (ZAFFARONI, 2013, p. 5).

A causalidade mágica consiste na manifestação da vingança da sociedade, amedrontada pela criminalidade, sobre determinados grupos de pessoas, que não necessariamente

1 SOCIAL, Secretaria Especial de Comunicação. **Relatório Final Pesquisa Brasileira de Mídia - PBM 2016**. 2017. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>>. Acesso em: 01 Set 2018.

correspondem aos culpados. No entanto, compartilham com eles características semelhantes (ANJOS, 2016, p. 55).

Apesar dos avanços tecnológicos, que possibilitam uma instantaneidade de distribuição de informações pelos mais diversos meios de comunicação, como dito anteriormente, a televisão ainda é a principal fonte de informação para a maior parcela da sociedade. Consequentemente, é esta uma das principais características da criminologia midiática da atualidade. Entretanto, como alerta Zaffaroni (2013, p. 6), os meios de comunicação que utilizam imagens demonstram causar um maior impacto no emocional do telespectador, deixando pouco, ou quase nenhum, espaço para a reflexão. Ao mesmo tempo que pode não revelar nenhuma informação, ou mesmo deturpá-la, quando separada a imagem do seu contexto. Entretanto, para que essa realidade midiática seja construída não é necessário que ela se dê por meio de mentiras, já é suficiente que os meios de comunicação destaquem o autor do crime, cometimento por um indivíduo estereotipado. Assim, como há exageros dos acontecimentos, eles são expressados com maior dramaticidade.

Outra questão que deve ser trazida a tona é como o jornalismo contemporâneo não se limita a apresentar os fatos, fazendo também o papel de intérprete das informações por ele veiculadas. Deste modo, não é estranho que tais interpretações ao serem transmitidas por seus interpretes estão influenciadas pela concepção do próprio intérprete, pela concepção seguida por aquele veículo de comunicação. Ou seja, os fatos ao terem passado por um processo interpretativo abandonam a sua forma imparcial, e são apresentados na visão daqueles que o veiculam. É o que afirma Zaffaroni (2013, p. 6), ao lecionar que:

Essa interpretação às vezes tem conteúdos implícitos, porque a correção política impede que sejam explícitos, como no caso do racismo, por exemplo. Nesses casos, muito se insinua, dando a impressão estudada de que se deixa ver, o que afaga a inteligência do destinatário, que acredita que deduz o conteúdo implícito (Como sou esperto!), quando, na realidade, é vítima de uma traição comunicacional.

É através desses processos que a criminologia midiática cria uma realidade, na qual existem dois grupos opostos. O grupo das pessoas decentes, limpas, puras e imaculadas, que é constantemente aterrorizado pelos criminosos da sociedade. Todavia, a esses criminosos são atribuídos estereótipos para possibilitar a sua identificação dentre os demais. E como estes

criminosos representam um grupo de pessoas diferentes e más é necessário que sejam segregadas do convívio das pessoas de bem, não se pode permitir que contaminem a sociedade. E para isso é necessário que o poder repressor da polícia seja ilimitado (ZAFFARONI, 2013, p. 7).

No entanto, não é preciso que o indivíduo tenha cometido um ilícito para que seja integrante desse seletivo grupo. De forma implícita a mídia cuida de “identificar”, não só aqueles que já cometeram algum crime, como também aqueles que por apresentarem características semelhantes o também farão no futuro. Logo, não pode ser permitido dentro do convívio social das “pessoas de bem”. Nesse sentido, explica Zaffaroni (2013, p. 7):

A criminologia midiática cria a realidade de um mundo de *pessoas decentes*, diante de uma massa de *criminoso*, identificada através de estereótipos, que configuram um *eles* separado do resto da sociedade, por ser um conjunto de *diferentes e maus*. (...) Este *eles* é construído por *semelhanças*, para o qual a televisão é o meio ideal, pois joga com imagens, mostrando alguns dos poucos estereotipados que delinquem e, de imediato, os que não delinquiram ou que só incorrem em infrações menores, mas *são parecidos*. Não é preciso verbalizar para comunicar que, a qualquer momento, os parecidos farão o mesmo que o criminoso. É a velha afirmação do genocida turco Talât: *Somos censurados por não distinguirmos entre armênios culpados e inocentes) mas isso é impossível) dado que os inocentes de hoje podem ser os culpados de amanhã*. (...) A mensagem é que o adolescente de um bairro precário, que fuma maconha ou toma cerveja na esquina, amanhã fará o mesmo que o *parecido* que matou uma anciã na saída de um banco e, portanto, há que se afastar todos *eles* da sociedade e, se possível, eliminá-los.

Em decorrência desta estigmatização das pessoas que seriam criminosas ou criminosos em potencial, o conceito daquilo que é questão de segurança pública também é afetada pela criminologia midiática. Assim, a segurança pública tem como enfoque os crimes patrimoniais, os roubos violentos demandam maior atenção, chegando a chocar mais do que os crimes de homicídios passionais. Entretanto, ao mesmo tempo em que os crimes patrimoniais com violência chocam mais a sociedade o medo que é perpetuado é de que esses crimes evoluam para assassinatos.

Assim, de acordo com os ensinamentos de Zaffaroni (2013, p. 8), há uma sedimentação do conhecimento em razão da forma como a sociedade é profundamente imersa na criminologia midiática. Ou seja, essa realidade criada pela criminologia midiática se torna um senso comum. A possibilidade de que um jovem, morador da periferia, que faz uso de drogas ilícitas, ou em

uma festa faz consumo bebidas alcoólicas, se transforma em uma certeza. Se torna um fato que aqueles jovens, por compartilharem características em comum com aqueles que a mídia mostra que delinquiram, também virão a cometer os fatos mais violentos.

Ocorre praticamente uma desumanização desse grupo de pessoas, é atrelado a eles uma potencialidade para a violência que os torna desmerecedores de qualquer forma de benevolência. São eles assassinos em potenciais, no entanto, a externalização dessa potência é uma certeza inegável. Logo, a garantia de qualquer direito semelhante aqueles dados as pessoas de bem é desmerecido. Assim, os investimentos e esforços estatais para efetivar as garantias dadas pela legislação são tidos como gastos desnecessários feitos com a verba advindas dos impostos pagos pelos cidadãos de bem (ZAFFARONI, 2013, p. 8).

Assim, como mal maior que assola a preservação da segurança, há um incentivo a aniquilação desse grupo social. E por meio desse processo de desumanização, que introjeta na sociedade um discurso de higiene social, há uma naturalização da morte dessas pessoas estigmatizadas. Afinal, estes são vistos como inimigos da sociedade, e a sua aniquilação é desejada. A própria mídia venera essas mortes enquanto o abatimento de inimigos, são elementos indesejáveis que estão sendo excluídos definitivamente da sociedade.

Desta forma, há a criação de um contraditório, onde ao mesmo tempo que a criminalidade é posta enquanto uma escolha, ela é esperada de um determinado grupo social estigmatizado. Ou seja, é do senso comum que aqueles indivíduos estão predeterminados a criminalidade, apesar de terem a “liberdade” de escolha, o mal intrínseco a eles os fará a escolher a delinquência (ZAFFARONI, 2013, p. 8).

Neste contexto, no âmbito jurídico os juízes são apontados enquanto um obstáculo no combate a estes indivíduos. Há uma ideia de que tais indivíduos não são merecedores das garantias penais e processuais, estas são reservadas para as pessoas de bem. Zaffaroni (2013, p. 9) chama atenção para uma grave consequência dessa pressão posta sobre o judiciário. Para o estudioso, diante da criminologia midiática os magistrados singulares retardam a concessão das saídas da prisão, o que constitui uma das causas da superlotação dos institutos prisionais, resultando em rebeliões, mortes e diversas outras violações aos direitos dos detentos. Sendo esses acontecimentos uma prova da irremediabilidade desses indivíduos e a ineficácia dos juízes.

3.3 TEORIA DO LABELLING APPROACH

A Teoria do *Labelling Approach*, também denominada como teoria do etiquetamento, da rotulação ou da reação social, surgiu em meados da década de 1960 nos Estados Unidos. A teoria tenta oferecer novas explicações aos fenômenos criminais e as estruturas de controle social. Foram abandonadas as teorias criminológicas, até então dominantes, que tinham enquanto alicerce o paradigma etiológico-determinista. Procurando, então, compreender os comportamentos sociais a partir das reações que própria sociedade tinha a eles (ARAÚJO, 2010, p. 77-78).

A teoria em debate é fortemente influenciada pela escola interacionista, que entende o crime enquanto “um fenômeno construído socialmente” (COELHO, 2007, p. 5596). De acordo com corrente da sociologia as relações sociais são imprevisíveis, elas sucessiva e concomitantemente condicionam a sociedade com base na reação desta (SILVA, 2014, p. 53).

Para a corrente criminológica da teoria da reação as causas do crime não têm importância, devendo a atenção ser voltada para as condições nas quais este é desenvolvido. Ou seja, para os sociólogos que adotam esta corrente, o crime é um fenômeno construído socialmente. De acordo com eles não existem condutas desviantes, o que ocorre é que a sociedade atribui a determinados comportamentos a classificação de desvio, bem como atribui a determinados grupos a estigmatização de desviantes (COELHO, 2007, p. 5596). Assim, os métodos de controle sociais utilizados pelo Estado seriam a causa da criminalidade (SILVA, 2007, p. 54).

Desse modo, para a corrente sociológica da escola interacionista, a realidade é construída socialmente a partir das interações sociais, nas quais as ações e as reações são fomentadoras desse fenômeno (COELHO, 2007, p. 5596). É neste contexto que cabe ressaltar uma das características da teoria da rotulação, terminologias como delinquente, bandido e criminoso, usuais na criminologia tradicional, são afastadas em razão da conotação depreciativa que carregam etimologicamente.

Bertoncini e Lima (2014, p. 122) classificam essa dificuldade em conceituar o desviante sem que esses ideais pejorativos fossem continuados. Para a teoria, o fator diferenciador do desviante do então chamado homem comum é a estigmatização por ele sofrida, em

consequência da reação social em frente a uma determinada conduta então classificada como desviante.

Com efeito, ensinam Bertoncini e Lima (2014, p. 122):

A desviação não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação pelos outros das regras e sanções pelo ofensor. O desviante é alguém a quem o rótulo social de criminoso foi aplicado com sucesso; as condutas desviantes são aquelas que as pessoas de uma dada comunidade aplicam como um rótulo àquele que comete um ato determinado.

Assim, a conduta que é classificada como desviante é aquela considerada por um determinado grupo enquanto danosa à coletividade. Ou seja, a ilegalidade não está na natureza de nenhuma conduta, tal qualificação é dada por meio da reação social que provoca (ARAÚJO, 2010, p. 78). Dessa forma, é possível observar a importância que a reação social tem para a sua determinação, assim, é atribuída a, então, conduta desviada uma sanção. Tão significativo quanto a conduta perpetrada é a pessoa que a cometeu. Isso porque a sociedade reage de maneira diferente a depender da pessoa que praticou a ação (BERTONCINI; LIMA, 2014, p. 122).

Até então ignorado pela criminologia, o poder se demonstra como um elemento importantíssimo nas relações sociais contemporâneas. É a partir dele que determinado grupo social, detentor de poder, passa a determinar regras de condutas sociais, bem como apontar aqueles que integram o grupo considerado enquanto desviado (ARAÚJO, 2010, p. 78). Isto é, o grupo social que possui maior poder, geralmente se configura no poder econômico. Na sociedade atual o poder econômico concede um status social, quer determina quais ações serão tidas enquanto inadequadas de acordo com os valores desse nicho dominante. Assim, também se utilizam desse poder para criar estereótipos, que estigmatizam pessoas que não integram esse círculo social privilegiado e que compartilham certas características enquanto indivíduos desviados.

Na teoria do etiquetamento a criminalização é conceituada enquanto um complexo processo, pelo qual é atribuído ao indivíduo outra identidade e papel social. Logo, estes indivíduos estereotipados são marginalizados e criminalizados por meio desse processo de estigmatização. Como afirma Coelho, ao citar Alessandro Baratta (BARATTA, 1997, 113, apud

COELHO, 2007, p. 5597), a Teoria do *Labelling Approach* traz à tona o fato do poder de criminalização está intimamente conectado a essa divisão de classes e a estrutura social antagônica.

Deste modo, o controle social define o que é crime e quem são os criminosos a partir de preconceitos e estereótipos. Estando a sua influência presente tanto no momento de elaboração, quanto durante a aplicação da lei.

Ainda de acordo com a Teoria da Reação Social, o crime, na realidade, está difundido na sociedade como um todo. Ou seja, a prática de crimes não é restrita a um grupo em particular que corresponde a uma minoria, sendo praticado pela maior parte das pessoas. Então, como essa difusão do crime pela sociedade é frequentemente ignorada pelas ciências criminais, usualmente são excluídos das taxas de criminalidade, bem como das medidas de combate e prevenção. Essa linha de raciocínio é conhecida como cifra negra da criminalidade ou delinquência oculta (COELHO, 2007, p. 5598).

Assim sendo, o sistema penal, que deveria tratar a todos de maneira igualitária, demonstra a seletividade arraigada ao seu funcionamento. Uma das críticas feita pela teoria é justamente o papel que as instituições penais têm na criação e manutenção da criminalidade, constituindo um sistema que não só a alimenta como também a cria. A aplicação da lei não se baseia puramente nas ações dos indivíduos, fatores sociais têm grande influência sobre a sua execução. O direito penal, então, se limita a certas condutas praticadas por certo indivíduos. A exemplo da delinquência oculta, tais atos, apesar de também lesarem a coletividade, não são considerados enquanto crimes ou causam mínima reprovação legal como consequência da reação social que provocam. Isso porque, como afirma Silva, “essas condutas não se tratam de atos que foram criminalizados porque seus autores não foram etiquetados como delinquentes. São os detentores do poder e responsáveis pela atribuição desta característica, não seu alvo” (SILVA, 2007, p. 55).

Outra questão tratada pela Teoria do Etiquetamento é a classificação da criminalidade em primária e secundária. O processo de rotulação tem seu início com a criminalidade primária, que se configura no momento em que o indivíduo pratica seu primeiro delito ou conduta desviante. Oportunidade na qual lhe é dada uma nova identidade social, fundada em estereótipos, a partir das cerimônias degradantes (COELHO, 2007, p. 5599). Entretanto, na sociedade contemporânea, dominada pelo avanço das tecnologias comunicacionais, o

sentimento de imediatismo perpassa por todas as áreas das relações social. Logo, a sociedade é rápida em julgar e condenar com base nas características que são imputadas enquanto típicas de indivíduos desviados.

As cerimônias degradantes também causam um impacto direto na marginalização desses indivíduos, para a sociedade estes devem ser separados do convívio. Assim, excluídos de diversos setores da sociedade, estes indivíduos veem reduzidas as suas oportunidades. É neste contexto que ele passa a internalizar uma cultura de delinquência e adotar a criminalidade enquanto uma carreira, se configurando a criminalidade secundária (SILVA, 2007, p. 57).

Trazendo essa teoria para o cotidiano da sociedade brasileira é possível observar que essas cerimônias degradantes estão presentes. É usual que, antes mesmo de ser submetido a um processo jurídico penal, indivíduos estereotipados sejam julgados e condenados pela massa telespectadora sem que lhe seja garantido seus direitos de defesa ou que tenha passado pelo devido processo legal. Além disso, sua imagem ficar para sempre atrelada ao suposto cometimento de um crime. Ou seja, para a sociedade não há uma separação entre ser suspeito, acusado e condenado. A mera suspeita do cometimento de um crime é o suficiente para condená-lo, não sendo necessárias provas concretas.

Contudo, a própria teoria da reação social é passível de críticas. Para alguns doutrinadores, a teoria peca ao atribuir um determinismo na introjeção de novas identidades social. Os críticos afirmam que existem indivíduos que, apesar de serem submetidos a cerimônias degradantes, não adotam para si a identidade criminosa imposta pela sociedade. Uma outra crítica feita é o fato dela não deixar explícito o porquê de determinadas condutas não serem socialmente considerada enquanto delituosas (COELHO, 2007, p. 5599).

Diante do delineamento das características que definem a Teoria do Etiquetamento, é possível analisar a influência que exerceu sobre o ordenamento penal jurídico brasileiro. São exemplos dessa influência o regime progressivo de cumprimento da pena privativa de liberdade e as penas substitutivas ou alternativas à prisão, ambas instituídas pela lei de execução penal. O regime progressivo de cumprimento da pena privativa de liberdade é previsto pelo artigo 33, § 2º do Código Penal, mas seus requisitos são estabelecidos pelo artigo 112 do Código Penal. Tal previsão legal constitui uma forma de diminuir o impacto negativo que a condenação possa trazer a re inserção do condenado a sociedade. Pois a função da pena não é o castigo, mas sim educar o condenado para a vida social. Assim, essa foi uma forma encontrada pelo legislador

para reinserir gradativamente o indivíduo a comunidade, diminuindo a estigmatização (COELHO, 2007, p. 5600).

Por sua vez, o rol de penas alternativas à prisão foi ampliado pela lei 9.714, abarcando, além da prestação de serviços à comunidade, a interdição temporária de direito e da limitação de fim de semana, passando a incluir, também, a prestação pecuniária e a perda de bens e valores. Essa modificação se relaciona com a teoria em virtude de afastar o carcere enquanto única resposta à questão penal (COELHO, 2007, p. 5601).

Outro exemplo da aplicação da Teoria da Reação Social é a criação dos juizados especiais pela lei nº 9.099/95. A lei faz parte de uma iniciativa que inseriu no ordenamento jurídico brasileiro medidas despenalizadoras e descarcerizadoras. Assim, foram criados os crimes de menor potencial ofensivo, que serão submetidos ao rito do juizado especial onde a pena de prisão dá lugar à aplicação de sanções alternativas. Além disso, a lei do juizado especial também deu origem aos institutos da conciliação, prevista nos artigos 72 ao 74 da lei 9.099/95, a transação penal, trazida no bojo do artigo 76, a suspensão condicional do processo, prevista pelo artigo 89. Bem como, estabeleceu que os crimes de lesão corporal leve e culposa, serão processados apenas mediante representação (COELHO, 2007, p. 5602).

4 DA MÍDIA E A SOCIEDADE BRASILEIRA MODERNA

Pode-se conceituar a mídia como o conjunto dos meios de comunicação utilizados por uma sociedade para a troca de informações (LOPES; ALVES, 2018, p. 3). Dessa forma, ela é composta pelos diversos veículos comunicativos existentes na contemporaneidade, como por exemplo, a televisão, o rádio, os jornais impressos. Apesar do uso das redes sociais ter se ampliado, passando a desempenhar um importante papel na difusão de informações, a televisão continua sendo o principal veículo informativo. Assim, o jornalismo televisivo é um dos meios de comunicação mais relevantes no que se trata do seu espectro de influência.

Uma característica própria do jornalismo é o objetivismo, ou seja, a representação do “fato como ele é”. Consequentemente, a validade da notícia está intimamente conectada a sua qualidade objetiva. Um jornalismo de qualidade aquele no qual a veracidade dos acontecimentos é demonstrada. Assim sendo, a notícia pode ser definida como o relato do fato, que é sempre imóvel e inalterado pelo olhar do outro ou pelo tempo e espaço (ABERX JUNIOR, 2002, p. 103).

É nesse contexto que Aberx Jr. (2002, p. 103) compara o trabalho do jornalista ao do historiador, dado que a ele não cabe interpretar a cultura e os costumes de um povo com base em sua própria cultura e costumes. O papel do jornalista é apenas relatá-las de modo objetivo, separando das suas convicções pessoais, buscando, assim, evitar anacronismos. O bom jornalista apenas narra a verdade “nua e crua”, impassível diante de suas convicções pessoais. Todavia, sabemos que essa neutralidade pretendida é impossível, até mesmo o próprio noticiador é tanto influenciador como é influenciado pelas mais diversas fontes.

A responsabilidade social da imprensa é evidente, portanto a prestação de seus serviços em favor da sociedade é um dever seu, como determina o art. 6º do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros ao definir a conduta profissional deste:

Art. 6º É dever do jornalista: I - opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos; II - divulgar os fatos e as informações de interesse público; III - lutar pela liberdade de pensamento e de expressão; IV - defender o livre exercício da profissão; V - valorizar, honrar e dignificar a profissão; VI - não colocar em risco a integridade das fontes e dos profissionais com quem trabalha; VII - combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercidas com o objetivo de controlar a informação; VIII - respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem

do cidadão; IX - respeitar o direito autoral e intelectual do jornalista em todas as suas formas; X - defender os princípios constitucionais e legais, base do estado democrático de direito; XI - defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos idosos, dos negros e das minorias; XII - respeitar as entidades representativas e democráticas da categoria; XIII - denunciar as práticas de assédio moral no trabalho às autoridades e, quando for o caso, à comissão de ética competente; XIV - combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza.

Dito isto, a liberdade de imprensa se demonstra imprescindível a consecução do seu objetivo. Todavia, apesar da indispensabilidade da liberdade de imprensa para que esta consiga cumprir seu papel social, também é indiscutível que nenhuma liberdade é absoluta no ordenamento jurídico brasileiro. Então, há a necessidade de mecanismos que sejam capazes de delinear os limites para a atuação da imprensa. Assim, foram estabelecidas a responsabilidade, tanto penal quanto civil, para a mídia. No entanto, tais limitações não se tratam de uma censura a imprensa, sendo fundamental para evitar que outros direitos sejam violados.

Até abril de 2009 a imprensa respondia criminalmente com base na Lei nº 5.250/67, conhecida como Lei de Imprensa. Todavia, com o julgamento da ADPF 130, o Supremo Tribunal Federal reconheceu que tal lei, fomentada durante a ditadura, não foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988. A corte considerou que a lei em questão cerceava o direito a livre manifestação de pensamento e criação de informação. Dessa forma, para ela é preciso, inicialmente, garantir esse direito para só então punir eventual violação a direito alheio. Ou seja, primeiro é necessário assegurar a liberdade de imprensa, para, só então, com a sua devida delimitação, atribuir uma sanção quando ela, se utilizando da sua liberdade, ferir um direito alheio.

Com a revogação da legislação específica, caberá a imprensa as normas previstas no Código Penal e no Código Processual Penal. Contudo, a responsabilidade civil também era objeto da Lei de Imprensa, passando a ser aplicado o Código Civil. Em seu artigo 927 o Código Civil atribui à mídia a obrigação de reparar por meio da indenização, sempre que um ato ilícito causar dano a qualquer indivíduo. Assim sendo, comete ato ilícito, segundo os artigos 186 e 187, respectivamente, “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”, bem como “o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites

impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes”. Por consequência, a responsabilidade civil se configura quando for demonstrada a conduta, o dano, a culpa, bem como o nexo causal entre os dois últimos.

4.1 DA MÍDIA NO SISTEMA JURÍDICO PENAL BRASILEIRO

No mundo contemporâneo os interesses econômicos estão cada vez mais presentes nos mais diversos âmbitos da vida social. Refletindo, também, na mídia, a presença de interesses econômicos aumenta progressivamente dentro do jornalismo. Por se tratarem de empresas o lucro é fundamental para conservar a sua existência, transformando, assim, a notícia em uma mercadoria, e como tal ela precisará ser rentável.

É neste contexto que o âmbito criminalístico se mostra uma fonte abundante de notícias com grande potencial lucrativo, afinal dentre as principais preocupações dos brasileiros se encontra a segurança pública. Assim, como os crimes abarcados pelo Tribunal do Júri são aqueles que atingem a vida humana, geram uma intensa comoção.

Todavia, é nessa circunstância surge o sensacionalismo, onde o compromisso com a veracidade dos acontecimentos é preterido. Assim, e a imprensa toma uma forma quase que novelesca. Criando um espetáculo dominado por uma carga emocional que, por sua vez, influencia o público se interligando a população através de acontecimentos cotidianos, bem como o uso de uma linguagem mais popular.

Assim, buscando aumentar a sua audiência, assim como prender a atenção do telespectador, esse tipo de jornalismo se utiliza de métodos que podem ser prejudiciais a sociedade. Dessa forma, os meios de comunicação, principalmente os televisivos, transformam a notícia em um verdadeiro espetáculo, que apesar de ser uma estratégia eficaz para captar a audiência, é inegavelmente danosa por diversos fatores.

A utilização desses artifícios pela mídia, principalmente no que diz respeito a forma como ela aborda o crime afeta diretamente a segurança pública, distorcendo a realidade, fazendo nascer uma verdadeira cultura do medo (LOPES; ALVES, 2018, p. 4.).

No entanto, é indiscutível que até mesmo o jornalismo tido enquanto “de prestígio” modifica o fato de alguma forma. Entretanto, a imprensa sensacionalista traz essa interferência a

dimensões desproporcionais, colocando uma carga emotiva que toma o espaço que deveria pertencer a informação. Dessa forma, ela visa prender o telespectador, se utilizando de diversos mecanismos com esse objetivo. Como por exemplo, os furos de reportagens ao vivo com o uso de helicópteros que perseguem a notícia, atribuindo uma feição de entretenimento ao jornalismo.

Esse gênero é marcado pela comercialização da notícia, o interesse não está no oferecimento de informações, mas sim na manutenção da audiência. Por conseguinte, a veracidade dos acontecimentos relatados fica em segundo plano, dando prioridade a mexer com o emocional, afinal, qual cidadão sujeito a violência presente no cotidiano não se revoltaria diante de uma “impunidade”?

Nesta conjuntura, são comuns as críticas ao judiciário, clamando por regras mais rígidas, pela diminuição da maior idade penal dentre outras questões polêmicas. Oferecendo, assim, soluções que são eivadas do emocional, que muitas vezes se aproximam do Código de Hamurabi, reivindicando “olho por olho, dente por dente”.

Não há que se negar a importância das informações na sociedade e como a sua ampliação a beneficiou. Nunca houve um tempo em que a circulação de notícias, dados, informações no geral se deu com a velocidade atual. Sabemos instantaneamente as notícias de qualquer parte do mundo. Em uma sociedade globalizada, na qual os Estados são interdependentes, tais características são fundamentais. Entretanto, o jornalismo colide com o judiciário negativamente quando assume características sensacionalista. Pois é comum que tal gênero tome feições que, além de promover a discriminação por raça, orientação sexual, sexo, cheguem a condenar o até então suspeito. A problemática resta, então, no desrespeito de direitos humanos básicos daqueles que são a notícia.

A mídia, em razão da magnitude do seu poder de influência sobre a sociedade, tem papel significativo na criação da cultura do medo. Com a crescente violência, os problemas de questões como segurança pública e judiciário passaram a ser amplamente debatidos socialmente. Se tornando uma das principais pautas a serem exploradas pela mídia jornalística, que explora profundamente os temas em questão. Contudo, a exposição de imagens violentas, que causam um grande impacto, chocando os telespectadores e aumentando os sentimentos de insegurança e medo.

A cultura do medo implementada pela mídia contribui significativamente para a estereotipificação, estando intimamente ligada à criminologia midiática de Zaffaroni. É em momentos nos quais a sociedade já abalada pela insegurança, como o atual, que a cultura do medo é gerada. Para Lopes e Alves (2018, p. 5), o cerne desse problema seria a constante exposição da criminalidade e da violência. Ou seja, a mídia, ao priorizar a exposição desses temas, acaba por potencializar o terror sentido pela população. Inclusive, chegando a afetar o trabalho policial, pois falhou na coibição da “a violência sem limites”.

Em virtude da preferência dada a estes temas tentáveis, a mídia se afasta de algumas de suas funções basilares, deixando de cumpri-las. Consoante afirmam Lopes e Alves (2018, p. 7):

Algumas funções da mídia são violadas, como por exemplo, assuntos sobre prevenção e educação para um possível combate da violência, entre outros assuntos positivos que, ao invés deles, a mídia aborda paulatinamente situações violentas e de riscos, fazendo com que a realidade se misture com a fantasia, influenciando o imaginário do telespectador, seja para reduzir ou para ampliar as ameaças dos ambientes. A mídia tem poder para auxiliar políticas públicas que trabalham pela segurança da sociedade, assim como divulgar ações importantes de repressão e prevenção da violência, possui também poder para desenvolver também ações conscientes através de reportagens, filmes, documentários, novelas ou até mesmo uma programação infantil promovendo o conhecimento dos direitos humanos e constitucionais de um cidadão.

4.2 DA INFLUÊNCIA MIDIÁTICA NO TRIBUNAL DO JÚRI

Andrade (1964, p. 107) argumenta que o homem moderno se demonstra complexo, pois em algumas ocasiões adota um comportamento racional e consciente, onde suas ações são pensadas. Contudo, em determinadas situações o indivíduo se deixa levar pelo lado emocional, agindo de forma impulsiva. Por conseguinte, conclui que nas circunstâncias onde os indivíduos estão tomados por esse lado emocional há uma maior propensão deste ser manipulado pela mídia. Dessa forma, tem origem o sentimento coletivo, como é chamado por ele. Assim sendo, os meios de divulgação de informação influenciam ao mesmo tempo em que criam as ideias por eles publicadas (GUARESCHI, 2007, p. 18).

Quando a mídia realiza o seu papel de forma equivocada, noticiando acontecimentos de forma infiel a realidade processual, ou ainda mais grave, da realidade posta no inquérito, finda

por lesar ao princípio da presunção da inocência. Diante desta realidade, o jurado, nem sempre conseguirá se manter imparcial frente as influências as quais foi submetido antes mesmo do próprio julgamento. O obstáculo não é a prestação das informações, inclusive por ser a publicidade um dos princípios a serem observados no procedimento do tribunal do júri. A problemática resta na forma como ela é realizada. Se o jurado é previamente exposto a opinião pública que condena o réu, até mesmo antes de finda a fase investigativa, como poderá se esquivar do sentimento coletivo?

Esta série de problemas tem continuidade com as efetivas consequências na realidade do réu para além do processo. Afinal, quais serão as repercussões na sua vida cotidiana dessa exposição? Mesmo se absolvido, será este indivíduo acolhido pela sociedade ou excluído por ela? Será a opinião popular alterada diante da sua liberdade? Para a sociedade o simples fato de ser investigado é equivalente a uma sentença condenatória, já é o bastante para que o indivíduo carregue consigo o estigma de “inimigo da sociedade”.

O nosso sistema penal, principalmente no que diz respeito ao seu âmbito penitenciário, tem uma enorme dificuldade na reabilitação dos apenados e da reinserção destes na sociedade e no mercado de trabalho. É notório que aquele que foi absolvido não trará consigo essa mácula de forma tão gritante, mas também é indiscutível que as suas relações sociais serão afetadas ante a ofensa a sua inocência.

O jornalismo desempenha função basilar e indispensável para a coletividade, quando as especificidades das circunstâncias dificultam a compreensão dos acontecimentos pela população em geral — com por exemplo os termos técnicos e linguagem utilizada, não só na ceara jurídica, como também nos assuntos políticos e de saúde — cabe a ele traduzir e dar transparência as informações. Para aqueles que não vivenciam cotidianamente o setor judiciário a mídia é a janela pela qual o vislumbram. Passando despercebido, para muitos, que a compreensão do certo e errado é resultado das influências tanto das relações pessoais quanto dos meios de comunicação aos quais somos cada vez mais submetidos (BARBOSA, 1950).

O sentimento de impunidade alimenta o surgimento da vertente sensacionalista, dos que desempenham papel de justiceiros. E de forma precipitada atribui a condição de réu mesmo na ausência de qualquer diligência policial e processual adequada.

Como dito anteriormente, o corpo de jurados é formado por cidadãos da localidade que são tidos enquanto leigos, já que não possuem conhecimento acerca das ciências jurídicas.

Dessa forma, ao serem selecionados é possível que já possuam uma opinião formada acerca do incidente a ser analisado. O procedimento especial em questão levanta diversos debates acerca do seu mecanismo, um dos pontos mais discutidos é a forma como se dá o julgamento. Para alguns especialistas da área há a presença de um elemento espetacular de entreter a plateia no júízo popular. De acordo com os ensinamentos de Nelson Hungria (1956, p. 253, apud MENDONÇA, 2013, p. 21):

O Júri só interessa ao povo como espetáculo, como show, como tablado de ring, em que os promotores e os defensores se defrontam para gaudium certaminis, para os duelos de oratória. É uma peça teatral que o povo assiste de graça e exclusivamente por isso é que desperta ainda a sua simpatia”.

Entretanto, para Machado (2014, p. 283) o atrativo do júri popular tem fundamento na importância dos debates jurídicos que suscita na sociedade, inclusive atribui tão qualidade à própria natureza do Tribunal do Júri. Nos seus termos:

O júri é talvez o órgão judicial que desperta as maiores polêmicas. São igualmente numerosos os seus defensores e adversários, ambos os lados com argumentos respeitáveis, porém nenhum deles com a perspectiva de triunfo sobre o outro. A controvérsia segue animada, é e curioso que até o momento não se vislumbra a menor possibilidade de extinção nem da instituição do júri nem da polêmica que o acompanha desde tempos imemoriais. Parece mesmo que a discussão e a polêmica compõem a própria essência do júri, já que a finalidade dessa instituição, e talvez a sua maior virtude, é exatamente a realização do direito por meio do debate, do confronto dialético das ideias.

Ademais, há que se falar da atuação dos papéis adotados pela defesa e acusação no Tribunal do Júri. Trata-se de uma estratégia comumente utilizada, por promotores e advogados de defesa, a profunda exploração das concepções dos jurados. Esse aspecto é amplamente criticado, pois seria o juiz leigo facilmente persuadido por manobras e imposições, deturpando, assim, a “justiça das decisões” (MARQUES, 1963).

Todavia, diante da exploração midiática indiscriminada as quais são submetidos alguns casos dificilmente haverá um jurado que ainda não tenha formado uma opinião acerca do acontecido. Que, apesar de ser uma opinião própria teve como elementos formadores os meios de comunicação que não refletem, necessariamente, a verdade real construída no julgamento(ANDRADE, 1964, apud FERREIRA, 2016, p. 9).

Ainda nesse sentido, afirma Mendonça(2013, p. 377):

Ocorre que, ultimamente, despir-se de preconceitos, pré-julgamentos e experiências anteriores tem sido um desafio diante dos noticiários apelativos transmitidos pela mídia sobre os crimes dolosos contra a vida. Sendo as pessoas do povo - em sua grande maioria pessoas pouco esclarecidas, alvos dos meios de comunicação em massa - quem decidirão sobre a liberdade de seus semelhantes nos casos em que há decisão pelo Júri Popular, toda a informação vendida pela mídia pode influenciar sobremaneira a decisão do jurado, fazendo-o agir muito mais com a emoção e com os pré-conceitos disseminados pelos veículos de comunicação do que com a razão e imparcialidade na avaliação das informações que lhes são passadas durante o julgamento.

A mídia se demonstra um poderoso instrumento de influência social, capaz de metamorfosear a realidade, afetando diretamente as opiniões. E como tal ela se posiciona de maneira a apoiar aquilo que se demonstrar mais vantajoso para si, ditando regras sociais das mais variadas, que vão da cultura, a religião, a padrões de consumo. Ela transmite aquilo que atrairá maior número de telespectadores, constituindo a sua prioridade o lucro e não o compromisso com a realidade dos acontecimentos (TEIXEIRA, 1996, p. 15).

A notícia é, então, um meio para se auferir lucro, passando a preocupação com a veracidade dos fatos para segundo plano. O que importa é que haja o furo de notícia, é preciso que seja o primeiro e o único a veicular informações exclusivas e inéditas sobre determinado acontecimento, só assim ganhará destaque no cenário nacional. Se utilizando dos mais diversos recursos, sejam eles os sofrimentos físicos ou emocionais, explorando o drama, a tragédia o espetáculo, o telespectador é impactado de tal forma diante do sofrimento alheio que a veracidade da notícia não recebe sua atenção (LEITE, 2011).

Cabe acentuar, que, apesar dessa influência estar fortemente presente no Tribunal do Júri, não se trata de uma exclusividade deste. Nesse sentido, cumpre destacar o comentário de Ansanelli Júnior (2005, p. 227):

A perniciosa influência da imprensa, conquanto exista, não é defeito inerente ao Tribunal do Júri: é defeito da própria legislação e do sensacionalismo dos órgãos de comunicação, que, ancorados na ausência de censura, emitem juízos de valor que podem influenciar os jurados. Não se deve olvidar que a magistratura togada também é suscetível a pressões dos meios de comunicação, principalmente quando alguns juízes tem a possibilidade de aparecer nos noticiários televisivos.

Logo, o corpo de jurados, ao realizar o julgamento, já adquiriu dados suficientes de maneira que previamente construam conceitos e concepções que fundamentem o seu voto. Já que não precisam justificar o voto legalmente, julgando de acordo com a sua livre consciência.

Contudo, cabe salientar que tal aspecto tem seu lado positivo, pois a lei é incapaz de acompanhar os desdobramentos sociais, os desenvolvimentos e alterações morais. Desta forma, o júri popular se apresenta como legítima expressão da moral aceita pela sociedade, pois é reflexo da vontade do povo (NUCCI, 2015, p. 283).

Como a verdade real, um dos objetivos do processo penal, não constitui uma prioridade da mídia, não lhe é atribuída a devida atenção ante a imediatividade exigida na atualidade. Inclusive, a realidade é, muitas vezes, distorcida de forma que a história criada seja mais chamativa e atraente ao público. Desta forma, é maculado o sistema de publicação de informações, noticiando um fato alternativo.

Nestas condições, Bastos (1999, p. 98) afirma que sujeitar o réu a um julgamento diante de fortes influências midiáticas é semelhante ao seu linchamento. Pois para ele seriam apenas “mecanismos cruéis” de um cumprimento sumário sob a fachada de Justiça dada pelos ritos processuais.

Os excessos da mídia representam um risco aos direitos constitucionais, que na maioria das vezes correspondem aos direitos do réu. De acordo com os ensinamentos doutrinários da ciência jurídica, o réu é uma das partes vulneráveis no Tribunal do Júri, ao ser pronunciado tem-se a concepção popular que todos os participantes estão voltados a buscar a sua condenação, até mesmo o juiz togado, que para muitos quase que atua enquanto um investigador na ocasião do interrogatório do réu.

Dessa maneira, percebemos que muitos dos mecanismos que foram criados para a proteção do acusado frente ao poder público punitivo se voltam contra ele. O interrogatório, oportunidade que tem para se defender é visto como o momento no qual o juiz busca extrair uma confissão ou mesmo indícios da culpabilidade do réu. O seu silêncio é visto como uma admissão de culpa, mesmo quando o art. 186, em seu parágrafo único, garante que não pode ser utilizado em seu desfavor, constituído o silêncio um direito próprio do acusado. Senão, veja-se:

Art. 186. Depois de devidamente qualificado e cientificado do inteiro teor da acusação, o acusado será informado pelo juiz, antes de iniciar o interrogatório, do seu direito de permanecer calado e de não responder perguntas que lhe forem formuladas. (Redação dada pela Lei nº 10.792, de 1º.12.2003)

Parágrafo único. O silêncio, que não importará em confissão, não poderá ser interpretado em prejuízo da defesa. (Incluído pela Lei nº 10.792, de 1º.12.2003)

É inegável o aumento da violência no cotidiano da sociedade brasileira, bem como a incapacidade que tanto os meios repressivos e preventivos vêm demonstrando no que tange a sua diminuição. O que gera na população um sentimento de insegurança e de impotência e com eles vem a vontade de fazer justiça, seja com as próprias mãos ou com o enrijecimento das normas jurídicas. Contudo, o que ocorre é que, em uma sociedade imediatista as conclusões são tomadas rapidamente, ser acusado é sinônimo de culpado. A liberdade, que deve ser a regra de acordo com o nosso ordenamento, é aclamada como exceção. Não são levadas a debate as consequências de certas medidas, nem quais medidas seriam interessantes aplicar. O que se observa é a mera repetição de discursos sem fundamentos jurídicos, que são a praxe do que defendem os programas sensacionalistas.

Aliado a tudo isso, a mídia cumpre, ainda, o papel intensificador dos sentimentos de medo e insegurança que relegitimam o sistema penal. Isso ocorre com a divulgação de discursos que incitam à punição, sem identificar as mazelas de que se reveste o sistema punitivo. Outra forma de auxiliar na intensificação do sistema penal reside na aniquilação conceitual dos direitos e garantias fundamentais de suspeitos, acusados e condenados, reduzindo-se o ideal garantista à falácia de “tolerância à bandidagem”.

Tanto os jurados leigos que integram temporariamente o Tribunal do Júri, como todo e qualquer juiz togado, são passíveis das influências externas. Todos nós somos informados por diversos âmbitos da sociedade, sejam pelas relações pessoais, religião, escola, colegas de trabalho, meios de comunicação, dentre outros. Mas, é imperioso que não seja permitido que tais influências violem os direitos constitucionais.

Muitas vezes a intervenção desmedida da mídia ultrapassa os próprios limites éticos. A exemplo do jornalismo investigativo quando adota feições de polícia amados e até mesmo julgadora. São em situações como estas que ela desrespeita os direitos individuais e constitucionais, que em conflito com a liberdade de imprensa. Sendo essas informações deturpadas pela violação aos direitos e garantias fundamentais veiculados amplamente, passando a informar a opinião popular e individual.

O exagero do jornalismo investigativo que publica notícias parciais, dando ampla visibilidade aos nomes e feições dos envolvidos no caso, os expondo a um julgamento social, afetam profundamente a vida dessas pessoas e de seus familiares (LEITE, 2011, p. 15)..

Tais consequências atingem de forma pungente não só no âmbito jurídico, afetar a imparcialidade do julgamento é apenas um dos seus efeitos. O suspeito pode se tornar culpado

pelo julgamento da população, o que pode vir a prejudicar gravemente sua vida pessoal, fazendo com que recaia sobre ele o estigma social de “criminoso”, quando nem mesmo foi submetido ao devido processo legal.

Analisando a conjuntura social, podemos observar que o próprio processo é em si uma forma de castigo. Fazendo com que o simples fato de ser investigado o torne uma pessoa indesejada do convívio social. Simplesmente o punindo, em vez de realizar o papel ao qual se propõe, o de reabilitar.

E diante das novas formas de comunicação e da sua instantaneidade, as consequências em questão são ampliadas de maneiras imensuráveis. Onde o acusado não é julgado apenas pela sociedade local, mas por todo o país a depender da atenção midiática dada ao caso em questão. Diariamente são televisionados, ou mesmo noticiados por jornais virtuais, pela mídia sensacionalista a ocorrência de crimes onde o julgamento social é instantâneo.

4.3 DA INTERFERÊNCIA DA CRIMINOLOGIA MIDIÁTICA NOS PRINCÍPIOS DA IMPARCIALIDADE E DA PRESUNÇÃO DA INOCÊNCIA

Uma enorme parcela da sociedade ainda acredita na concepção de que a mídia é um ente livre de interesses que atua de forma imparcial, facilitando ainda mais a crença cega nas informações por ela veiculada (FERREIRA, 2016, p. 11). Dessa forma, a verificação da veracidade dos fatos e das fontes é um pratica incomum. Logo, não é estranho que os jurados carreguem consigo convicções preconcebidas pelo senso comum e que essas ideias sejam transferidas para a sua decisão. Como dito anteriormente, o jurado vota com sua íntima convicção, por se tratar de um leigo não é necessário que fundamente sua decisão juridicamente.

Entretanto, quando o jurado leva esses preconceitos ao julgamento ele põe em risco a garantia de princípios constitucionais. É inegável que a exploração da mídia sobre um fato criminoso realizada de forma irresponsável causa graves consequências ao julgamento. O jurado é um integrante da sociedade que, por determinação legal, como forma de democratizar e dar uma maior participação popular ao judiciário, foi eleito para atuar enquanto juiz.

Diferentemente dos juízes togados, que passaram por uma educação voltada a manter a sua imparcialidade, o jurado não foi treinado para fazer esse exercício de separação entre seu emocional e os fatos apresentados na sessão de julgamento.

Como é elucidado por Vieira (2003, 153), a veiculação do fato criminoso, bem como da própria marcha processual, é extremamente preocupante quando ultrapassa os limites éticos da mídia. Pois, de acordo com a autora, a mídia tem mais impacto sobre a decisão do corpo de jurados do que as provas processuais produzidas na instrução e no plenário. Ou seja, as concepções do senso comum acabam por exercer uma maior influência na decisão do que as provas trazidas pelas partes.

Os meios de comunicação invadem de sobremaneira a esfera privada de indivíduos envolvidos em fatos criminosos. Expondo a intimidade desses sujeitos de forma inconsequente ao utilizá-los enquanto um “produto de notícia”, violando a sua imagem e a sua honra (VIEIRA, 2003, p. 154). Sobretudo porque para a mídia não existe uma diferença entre acusado e condenado, colocando-os em um mesmo grupo estereotipado que precisa ser separado do resto da sociedade por questões de segurança.

Como é defendido por Vieira (2003, p. 155), a estereotipificação do sujeito se dá dentro desse contexto, no qual a mídia cria o que Henri Pierre Jeudy chama de “desrealização do mundo”. Salientando que essa característica, que os incluem em uma minoria marginalizada pela sociedade, será frequentemente mencionada pela imprensa. Assim, mesmo que tal característica não esteja sequer relacionada com o delito ela será ressaltada, classificando não apenas aquele indivíduo em julgamento moral, mas, também, todos aqueles que possuem essas características, enquanto criminosos em potencial.

É possível, e permitido pela lei, que no curso do processo questões da intimidade do acusado sejam levantadas pelas partes, jurados ou juiz. Tais informações são fundamentais para o conhecimento da conduta e da motivação do réu pelos seus julgadores. Então, apesar do seu caráter invasivo, nesta esfera a privacidade é mitigada em favor de outras garantias de interesse social.

Entretanto, usualmente a mídia não demonstra nenhuma preocupação com a manutenção da privacidade desses sujeitos. Dessa forma, ela transgride a intimidade do acusado sem nenhum fundamento de interesse social. Trata-se de uma publicidade ilegítima, apartada daquela garantida constitucionalmente (VIEIRA, 2003, p. 157). A mídia usa a intimidade dessas

pessoas, lesionando o direito a intimidade gravemente. Pois, em decorrência da própria estereotipificação, esses indivíduos são vistos pela sociedade como um mal de tamanha magnitude que eles são, em certo grau, desumanizados.

Assim, direitos fundamentais garantidos a todos, irrestritamente, lhe são cerceados em razão da sua desumanização. Legalmente, a condição de investigado, acusado ou réu não nega a manutenção das suas garantias fundamentais, principalmente no que diz respeito à dignidade humana. É comum que o julgamento moral que é feito pela sociedade com fundamento nos valores que esta preza retirem desses indivíduos o direito a essas garantias. Não é estranho o pensamento de que os sujeitos envolvidos em fatos criminosos devam sofrer punições severas, que beiram castigos medievais. Assim como reclamações dos gastos com as instituições penitenciárias, dentre outras ideias que demonstram a forma desumanizada como a sociedade vê esses indivíduos.

Nesse sentido, destacam-se as palavras de Vieira (2003, p. 157), *in verbis*:

A condição do indivíduo, de investigado, acusado ou réu não lhe retira o direito à dignidade. Seus direitos personalíssimos, que lhe são ínsitos, devem ser tutelados de forma eficaz. Embora previstos na Constituição, temos visto um constante invasão dessa área reservada da pessoa envolvida em inquéritos ou processos criminais. Estes, assim como o direito de crônica, devem pautar-se na dignidade do ser humano que é inviolável e indevassável.

O princípio da presunção da inocência se configura como um dos mais desrespeitados pela mídia. Esta, mesmo que não o faça de maneira explícita, iguala as condições de suspeito e condenado pela maneira como expõem os fatos, as circunstâncias do crime, e até mesmo quando fala das suas características pessoais. Assim, em algumas circunstâncias, o mero status de suspeitos já é suficiente para que o sujeito seja condenado pela sociedade, mesmo que ainda não exista nenhuma certeza sobre a materialidade do fato, autoria, dentre outros elementos necessário para fundamentar uma condenação. Dessa forma, o fato é levado para além da sua proporção real, a imprensa divulga essas informações de forma inadequada tendo um importante papel na formação da opinião pública (VIEIRA, 2003, p. 168-169).

No processo penal a inocência é presumida, ou seja, como afirma a máxima “inocente até que se prove o contrário”. Logo, o acusado será inocente até que seja sentenciado definitivamente, ou seja, até a sentença definitiva ele não poderá ser considerado culpado

(VIEIRA, 2003, p. 171). Essa garantia reflete diretamente nas demais concedidas pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Sabemos que o Estado poderá punir quando houver uma sentença condenatória definitiva, após um processo no qual deverão ser respeitados outros direitos que visam garantir a paridade entre o acusado e o Estado. Consequentemente, o princípio da presunção da inocência implica no respeito as garantias de defesa do acusado, como, por exemplo, o direito ao contraditório, imparcialidade do juiz e inviolabilidade da liberdade. A manutenção desse princípio concerne a própria função do processo penal (VIEIRA, 2003, p. 172), já que este tem como objetivo garantir que o acusado possa se defender efetivamente e tenha possibilidade de efetivamente influir na decisão judicial.

Assim sendo, a mídia tem o dever de tomar algumas precauções para evitar violar o princípio da presunção da inocência. Devendo a notícia, tanto no que diz respeito ao seu conteúdo quanto a sua forma, respeitar esse princípio. Se abstendo de qualquer ação que possa sugerir a culpa do acusado antes de uma sentença condenatória definitiva. Como defende Vieira (2003, p. 175), a mídia deve restringir a utilização de expressões, imagens, fotos apenas ao que for necessário para noticiar o fato.

Outro ponto se suma importância é a necessidade das mídias darem espaço quando ocorre a absolvição do acusado. Pois, é comum, na grande mídia, a cobertura excessiva dos fatos chocantes, explorando esses casos ao seu máximo. No entanto, eventualmente o telespectador perde o interesse, e, consequentemente, a notícia deixa de interessar a mídia, já que o retorno financeiro que proporcionará não será o mesmo. Todavia, quando o processo chegar ao seu fim, sendo o réu condenado ou absolvido, o desfecho do caso não chega à grande parte dos seus telespectadores originais. Mas, é indiscutível que quando o acusado é absolvido essa circunstância lhe é ainda mais danosa. Pois ele já teve sua intimidade e honra amplamente violada por uma mera acusação da qual foi inocentado. As absolvições só interessam à grande mídia quando é questionada a justiça da decisão.

Como postula Nucci (2014, p. 52), o estado natural das pessoas é a inocência. Logo, para que esse *status* de inocência seja retirado pelo Estado é necessário que o indivíduo passe pelo devido processo legal, no qual diante de provas cabais suficientes o Estado poderá culpabilizá-lo. Dessa forma, a aplicação do princípio da presunção da inocência abarca tanto a fase de investigação quanto a fase processual. No entanto, esse princípio é invertido pela

criminologia midiática, considerando enquanto culpado até mesmo o sujeito que é mero suspeito (SUZUKI; BEZERRA, 2016, p. 11).

Ante o exposto, pode-se concluir que o princípio da presunção da inocência é um dos princípios mais importantes para o sistema jurídico. Tendo papel fundamental na existência e garantia dos demais princípios constitucionais e penais. Assim, pode-se afirmar que esse princípio é intimamente ligado ao princípio da imparcialidade.

O princípio da imparcialidade versa que o juiz deve fundar sua decisão nos fatos apresentados e discutidos no curso do processo por meio da produção de provas. Tal princípio constitucional também é aplicado ao procedimento especial do Tribunal do Júri, assim, os jurados deverão formar sua decisão com base nas provas levadas ao pleno durante o julgamento. Entretanto, como discutido previamente, a intensa exposição midiática pode ser lesiva a essa imparcialidade. Fazendo com que o jurado vá ao julgamento com uma concepção já formada e informada por elementos alheios ao processo.

É possível afirmar que há um conflito entre princípios constitucionais, já que à mídia foi concedido pela Constituição Federal a liberdade de informação. No entanto, quando faz uso dessa liberdade para invadir a esfera privada alheia, viola outras garantias constitucionais, como os princípios da presunção da inocência e da imparcialidade. Assim, como não há hierarquização entre princípios, a solução aplicada pelo ordenamento é a proporcionalidade. Desse modo, deverá ser verificado no caso concreto qual dos princípios deverá prevalecer sobre o outro (MELLO, 2010, p. 120).

Todavia, essa análise caso a caso não se demonstra eficiente, pois através da criminologia midiática não são afetados apenas os casos amplamente veiculados pela mídia. É indubitável que, nos casos explorados pela grande imprensa com maior finco, também será maior a pressão sofrida pelos juízes, jurados e depois partes processuais. A criminologia midiática tem uma importante participação na criação de estereótipos do que seria o criminoso. Assim, mesmo que ao caso em específico não tenha ocorrido nenhuma exposição exagerada pela imprensa, ele acaba por ser afetado pela criminologia midiática. O jurado, influenciado pela criminologia midiática, chega ao julgamento com uma ideia do que é o criminoso. Logo, se o réu se encaixa nos fenótipos, nas características desse grupo, ele estará mais propenso a vê-lo enquanto um.

Assim, há uma necessidade da criação de mecanismos que vedem o abuso da mídia, sem que lhe seja retirada a liberdade de imprensa. Ou seja, é preciso criar formas de limitar a violação do direito alheio. Bem como há uma expressa necessidade de educar a população a buscar a notícia, e verificar a veracidade das informações por ela veiculadas assim como da fonte. Dessa forma, é preciso que seja inserido na população um senso crítico, a sociedade precisa aprender a não tomar as informações veiculadas pelos meios de comunicação como verdades absolutas. É, então, preciso que ela aprenda a questionar as motivações das ações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imprensa exerce uma função essencial para a democracia. No entanto, para que concretize tal objetivo é indispensável que desempenhe seu dever de informar pautado na honestidade, responsabilidade e seriedade. Apenas dessa forma contribuirá positivamente para a formação do pensamento, atendendo aos fins da sociedade, dando forma a uma justiça social livre de interesses privados.

No presente estudo verificou-se a influência midiática sobre a população, os jurados, os juízes, promotores, advogados, bem como os seus impactos para o acusado. É notória a influência exercida pela mídia sob o direito processual penal e o direito material penal, sobretudo no Tribunal do Júri. Ante o enorme atrativo público em relação aos crimes violentos, os meios de comunicação privilegiam este gênero em face do alto poder comercial e da ampla repercussão.

Com a popularização dos veículos de comunicação e a crescente ocorrência de crimes chocantes de grande repercussão, tais acontecimentos são explorados exacerbadamente. Quando o Conselho de Sentença é exposto a notícias tendenciosas indiscriminadamente poderá ser induzido erroneamente a dar um determinado veredito. A ameaça ao princípio da imparcialidade restará configurada e, conseqüentemente, também será posto em risco o princípio da presunção da inocência, conflitando com a liberdade de imprensa.

A legislação atribui as funções de acusar, julgar e condenar ao Poder Judiciário, e cabe a autoridade policial realizar a função investigativa. Dessa forma, tais papéis não devem ser desempenhados pelos meios de comunicação, que devem se ater à objetividade e a ética. No entanto, a prática é diversa na realidade. A imprensa veicula os fatos criminosos descomedidamente, difundindo na população opiniões que nem sempre são racionais ou fundadas na realidade.

Surgindo um sentimento de vingança privada, que deseja causar sofrimento físico e emocional ao acusado. Passa a ser exigida a condenação, bem como a aplicação do direito penal enquanto *prima ratio*. Ocorre um processo de desumanização do réu, que em decorrência da suposta prática criminosa não deverá ter seus direitos e garantias fundamentais respeitados. Ele é condenado antes mesmo de ter fim o inquérito policial.

Convencionalmente, são esquecidos os objetivos do direito penal. Além de resguardar os bens jurídicos mais preciosos ao homem, também tem como finalidade a reabilitação e reinserção do réu na sociedade. Entretanto, o bem maior da sociedade não aparenta ser o propósito da mídia. As escolhas das notícias a serem publicadas e a maneira como serão escritas visam alcançar os interesses particulares dessas empresas.

Para que os jurados se mantenham imparciais em frente a tal realidade, seria necessário que esquecessem de todas as informações sobre o caso em julgamento que já tivesse tomado conhecimento. No entanto, é impossível que consigam realizar tal feito, sendo a decisão fundada apenas nas provas discutidas em plenário pelas partes uma falácia.

A insegurança jurídica do Tribunal do Júri resta comprovada, pois, diferentemente dos juízes togados cujas decisões, apesar de terem sua total imparcialidade também prejudicadas, são regulados pela obrigatoriedade de fundamentar sua decisão juridicamente, os jurados dão o veredito com base em seu convencimento pessoal, sem necessidade de fundamentação.

Dessa forma, não se propõe a censura a mídia, mas que lhe seja exigido o cumprimento de seu papel com diligência, ética e seriedade, inibindo a forma como é praticada usualmente. A liberdade de imprensa, enquanto direito, não é absoluto, quando em conflito com outro princípio, por meio da razoabilidade, poderá ser relativizada. Na situação aqui debatida tal princípio vai de encontro com dois importantes princípios processuais penais de proteção à liberdade. Logo, deverá ser relativizado em favor da imparcialidade e da presunção da inocência que constituem direitos fundamentais.

REFERÊNCIAS

- ABERX JUNIOR, José. **Showrnlismo: A notícia como espetáculo**. 3. ed. São Paulo: Casa Amarela, 2002.
- ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. Mito e realidade da opinião pública. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.4. n11. p.107-122. 1964.
- ANDRADE, 1964 apud FERREIRA, Cleia Simone. Oitavo Jurado: Mídia. In: COLÓQUIO ESTADUAL DE PESQUISA MULTIDISCIPLINAR, 1., 2016, Minas Gerais. **Anais...** . Minas Gerais: Unifimes, 2016. p. 9.
- ANJOS, Júlia Morais Roriz dos. **A influência da Mídia nos Julgamentos dos Crimes Dolosos Contra a Vida Sob a Luz da Criminologia Midiática**. 2016. 55 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - Fajs, Brasília, 2016.
- ANSANELLI JÚNIOR, Angelo. **O Tribunal do Júri e a Soberania dos Vereditos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.
- ARAÚJO, Fernanda Carolina de. **A Teoria Criminológica do Labelling Approach e as Medidas Socioeducativas**. 2010. 251 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- BARBOSA, Rui. **O júri sob todos os aspectos**. Rio de Janeiro: Editora Nacional de Direito, 1950.
- BERTONCINI, Ana Paula Prado; LIMA, João Paulo Alves de. A Criminalidade Midiática como Forma de Aumento da Criminalidade Secundária na Contramão da Teoria do Labelling Approach Recepcionada pela Alteração Ocorrida em 1984 no Código Penal. In: CONGRESSO BRASILEIRO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, 7., 2014, São Paulo. **Anais...** . São Paulo, 2014
- BONFIM, Edílson Mougenot. Júri: do Inquérito ao Plenário. São Paulo: Afiliada, apud SEEGER, Luana; SILVA, Edenise Andrade da. **O Tribunal do Júri e o Poder de Influência da Mídia Contemporânea nos casos de crimes de Homicídio: Reflexões para pensar Políticas Públicas de Garantias de Imparcialidade dos Jurados**. Santa Cruz do Sul: [s.n.], 2016.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Relatório Final Pesquisa Brasileira de Mídia - PBM 2016**. 2017. Brasília, DF, 2016, 162 p. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>>. Acesso em: 01 set. 2018.

CAPEZ, Fernando. Procedimento de competência do Júri popular. In: _____. **Curso de Processo Penal**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

COELHO, Sérgio Reis. **Da Ideologia da Defesa Social ao Movimento de Reação Social: Analisando o Labelling Approach**. 2007. 21 f. Monografia (Especialização) - Curso de Direito, Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2007.

COSTA, Gabriela Escalante Cavalheiro. **Os Desdobramentos a Criminologia midiática na Construção do Inimigo e seus Reflexos no Sistema de Justiça Criminal Brasileiro**. 2016. 47 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2016.

CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de Direito Penal: Parte Geral**. 3. ed. Bahia: Juspodivm, 2015.

DUARTE, Evandro Charles Piza. **Criminologia e Racismo: Introdução ao Processo de Recepção das Teorias Criminológicas no Brasil**. 1988. 398 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1988.

FERREIRA, Cleia Simone. Oitavo Jurado: Mídia. In: COLÓQUIO ESTADUAL DE PESQUISA MULTIDISCIPLINAR, 1., 2016, Minas Gerais. **Anais...**. Minas Gerais: Unifimes, 2016. p. 1 - 15.

GUARESCHI, Pedrinho Arcides. Mídia e democracia: o quarto versus o quinto poder. **Revista Debates**. Porto Alegre/RS. v.1, n.1, p. 6-25, jul.-dez. 2007.

LEITE, Bruna Eitelwein. **A influência da mídia no princípio da presunção de inocência no Tribunal do Júri**. Porto Alegre: [s.n.], 2011. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2011_1/bruna_leite.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal: Volume Único**. 5. ed. Salvador: Juspodivm, 2017.

_____. **Manual de Processo Penal**. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2014.

LOPES, Lorena Cordeiro; ALVES, Fernanda do Carmo Rodrigues. **Criminologia Midiática: Os Efeitos Nocivos da Mídia em Relação à Polícia Militar**. Goiânia, maio 2018. Disponível em: <<https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/bitstream/123456789/473/1/Lorena%20Cordeiro.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2018.

LOPEZ JUNIOR, Aury. **Direito Processual Penal**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MACHADO, Antônio Alberto. **Curso de Processo Penal**. 6 ed.[S.l.]: Atlas, 2014.

MARQUES, José Frederico. **A Instituição do Júri**. São Paulo: Saraiva, 1963.

MELLO, Carla Gomes de. Mídia e Crime: Liberdade de Informação Jornalística e Presunção de Inocência. **Revista de Direito Público**, Londrina, v. 5, n. 2, p.106-122, ago. 2010.

MENDONÇA, Kléber. **A punição pela audiência**: um estudo do Linha Direta. Rio de Janeiro: Quarter, 2013.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Tribunal do Júri**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forence, 2015.

_____. **Manual de Processo Penal e Execução Penal**. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual Esquemático de Criminologia**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

REIS, Alexandre Cebrian Araújo; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito Processual Penal Esquematizado**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SEEGGER, Luana; SILVA, Edenise Andrade da. O Tribunal do Júri e o Poder de Influência da Mídia Contemporânea nos casos de crimes de Homicídio: Reflexões para pensar Políticas Públicas de Garantias de Imparcialidade dos Jurados. In: 13º SEMINÁRIO INTERNACIONAL, 2016, Santa Cruz do Sul. **Anais**. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2016. p. 1-21.

SILVA, Suzane Cristina da. Reincidência e Maus Antecedentes: Crítica a partir da Teoria do Labelling Approach. **Revista Liberdades**, São Paulo, n. 16, p.51-68, maio/agosto, 2014.

SOUZA, Ariagne Cristine Mendonça. **Princípios Constitucionais Informadores do Tribunal do Júri**. São Paulo: [s.n.], 2007.

SUZUKI, Claudio Mikio; BEZERRA, Sheila Regina Lima. Criminologia Midiática e a Violação ao Princípio da Presunção de Inocência. **Factus Jurídica**, p.1-15. 2016. p. 11.

TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. A imprensa e o judiciário. **Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos**, Bauru, n. 15, ago./nov. 1996.

VIANA, Eduardo. **Criminologia**. 6. ed. [S.l.]: Juspodivm, 2018, p.24.

VIEIRA, Ana Lúcia Menezes. **Processo Penal e Mídia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **A Questão Criminal**. Rio de Janeiro: Revan, 2013.